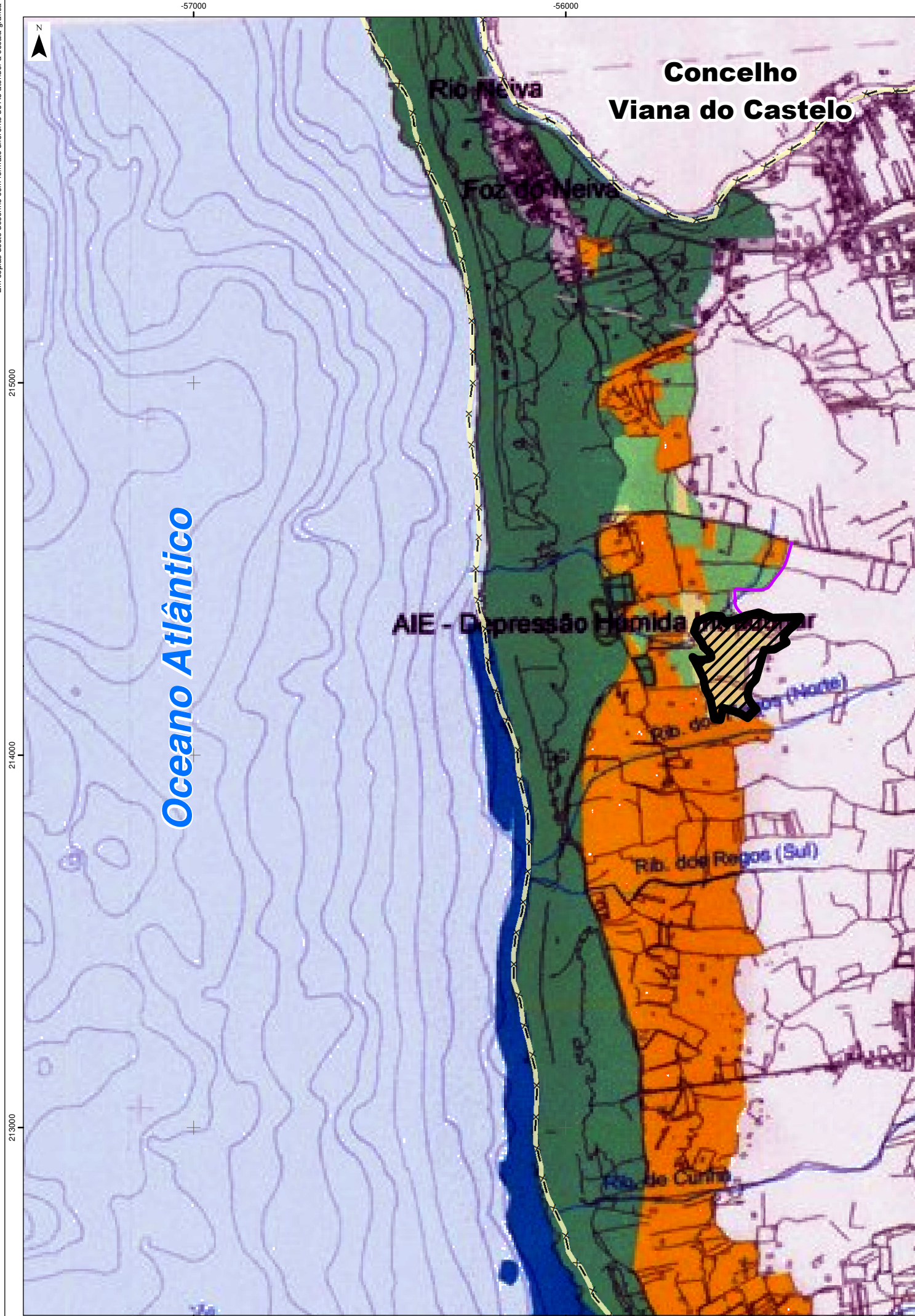


ANEXO 5.2 – PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE

(página intencionalmente deixada em branco)



Parte Terrestre

- Protecção parcial do tipo I
- Protecção parcial do tipo II
- Protecção complementar do tipo I
- Protecção complementar do tipo II
- Sem regime de protecção

Parte Marinha e Estuarina

- Protecção parcial do tipo I (Marinha)
- Protecção parcial do tipo I (Estuarina)
- Protecção parcial do tipo II

Áreas de Intervenção Específica:

- UOPG do POOC
- FAUNA e FLORA
- Pedrinhas / Cedobem

Legend:

- Deimitação do PNLN
- Batimetria
- Linhas de água
- Base (a)
- Construções (b)
- Sede de Freguesia

BASE:
(a) Cartografia escala 1:2.000 CM de Esposende voo de 1994.
(b) Construções actualizadas com base na cartografia escala 1:10.000 - CM de Esposende voo de 2003.

DGOTDU

DEPÓSITO Nº 01-03-06/29/2012/POAP/01

EM 16 / 05 / 2012

(D L Nº 380/99), 22 Set.; D L 316/2007, 19 Set.

REVISÃO		ALTERAÇÃO		DATA	APROVADO POR
PROJECTISTA		CLIENTE			
DHVFBO		ICNB Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.			
DHVFBO - Consultores, S.A. Rua Dr. António Loureiro Borges Nº 5º - 6º Andar Arquiparque - Miraflores 1495-131 Algés - Portugal E-mail: info@dhvfbo.pt Web Page: http://www.dhvfbo.pt		TÍTULO DO PROJECTO		PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE	
apcer ISO 9001		ICNet MANAGEMENT SYSTEM		FASE	ESPECIALIDADE
Versão Final					
TÍTULO DO PROJECTO		PLANTA DE SÍNTESE			
NOME	RUBRICA	DATA	ESCALA	DESENHO Nº	REV
PROJ. EQUIPA DO PLANO		10-03-2008	1:25 000	26	E
DES. EQUIPA DO PLANO		10-03-2008	FORMATO	FICHEIRO	FOLHA
VERIF. ROMANA ROCHA		10-03-2008	A1	63101_F4_POAP_26_a.mxd	1
APROV. ROMANA ROCHA		10-03-2008	AS PEÇAS DESTE ESTUDO NÃO PODEM SER REPRODUZIDAS OU DESENVOLVIDAS, PARA QUALQUER EFEITO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO AUTOR		

Coordenadas dos Vértices das Geometrias Correspondentes à Zona de Protecção Parcial do Tipo I (Parte Marinha)					
Identificador do Vértice	Latitude	Longitude	Identificador do Vértice	Latitude	Longitude
1	41° 34' 8,91" N	8° 49' 16,31" W	9	41° 30' 59,42" N	8° 49' 2,79" W
2	41° 34' 16,62" N	8° 48' 49,39" W	10	41° 31' 12,93" N	8° 48' 39,00" W
3	41° 33' 20,60" N	8° 48' 25,47" W	11	41° 30' 39,93" N	8° 48' 3,84" W
4	41° 33' 12,99" N	8° 48' 47,79" W	12	41° 30' 23,66" N	8° 48' 25,30" W
5	41° 31' 31,25" N	8° 48' 22,01" W	13	41° 30' 10,09" N	8° 48' 4,20" W
6	41° 31' 43,06" N	8° 47' 56,91" W	14	41° 30' 19,27" N	8° 47' 52,18" W
7	41° 31' 11,15" N	8° 47' 28,95" W	15	41° 29' 39,40" N	8° 47' 14,93" W
8	41° 30' 58,24" N	8° 47' 55,48" W	16	41° 29' 30,58" N	8° 47' 27,44" W

Sistema de Referência: Hayford-Gauss
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: Lisboa

Projeto

Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Limite de concelho (CAOP2023)

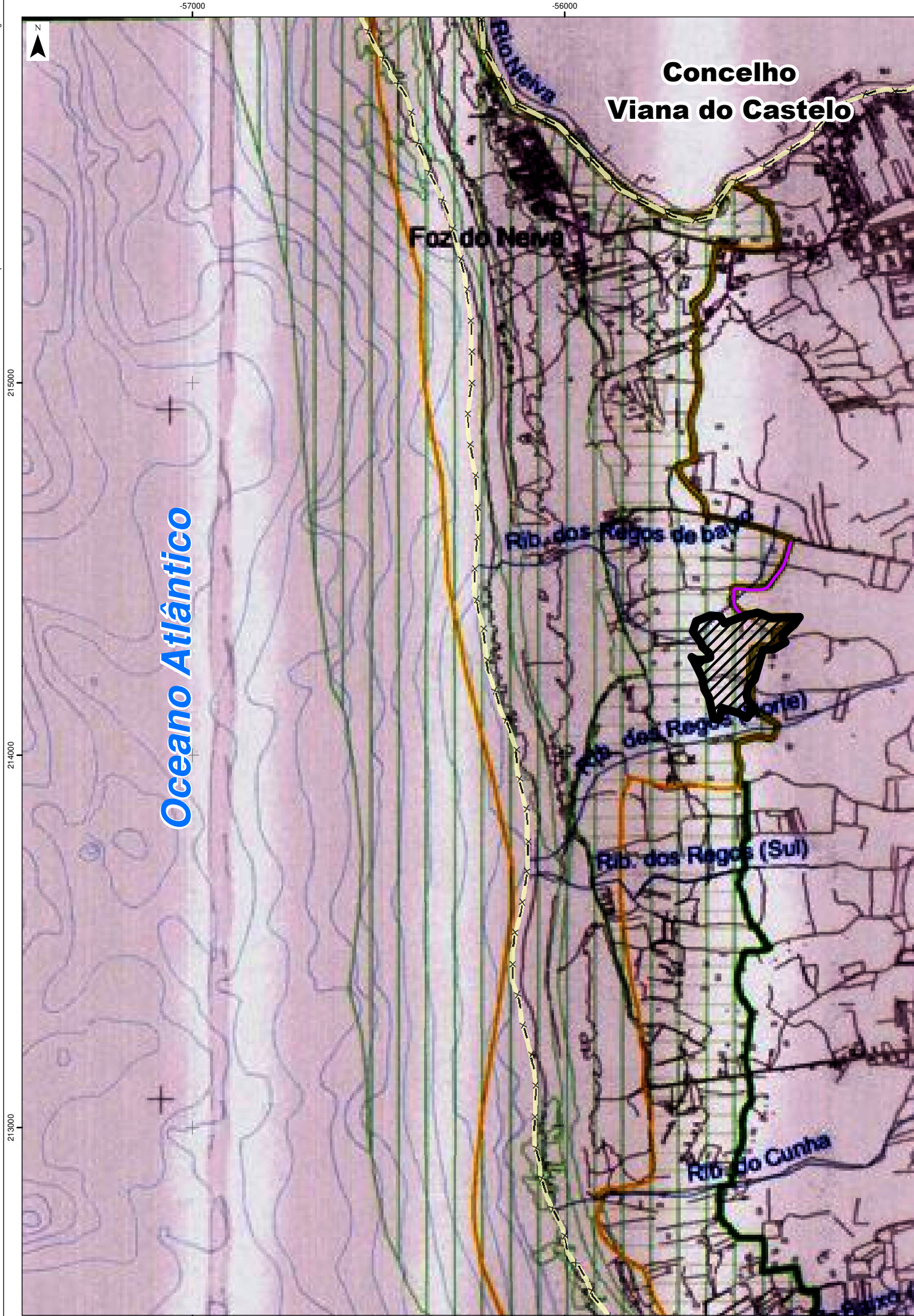
Fonte: (Cartografia de Base)

DGT
<https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/igt>

AGRI.PRO AMBIENTE
CONSULTORES, S.A.

Estudo de Impacte Ambiental
Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho
Estudo Prévio

Título		Figura	
Excerto da Planta de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte		1	
Sistema de referência	Escala	Folha	Versão
EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	1:12 500 0 100 200 m	1/1	A
Ficheiro	2025	Data	Formato
FIG01-POAP_LitoralNorte_Ord			A3 - 297 x 420



Zona Vulnerável

Aquífero livre entre Esposende e Vila do Conde

Áreas de reserva, protecção e conservação da natureza

REN

Linhas de água

RAN

REDE NATURA 2000
Sítio Litoral Norte (PTCON0017)

Infra-estruturas de abastecimento

Rede de abastecimento de água

Infra-estruturas de saneamento

Rede de saneamento

Sede de Freguesia

Batimetria (a)

Base (b)

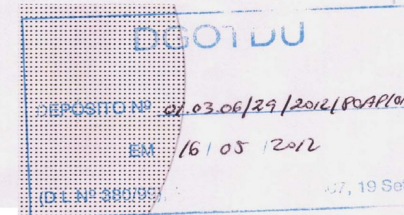
Construções (c)

Delimitação do PNLN

Sistema de Referência: Hayford-Gauss
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: Lisboa

BASE:

- (a) Carta Militar de Portugal Série M888:
- Folha 54 - Marinha (Esposende); ed. 2, 1997;
- Folha 68 - Esposende; ed. 2, 1997;
- Folha 82 - Póvoa de Varzim; ed. 2, 1997.
(b) Cartografia escala 1:2.000 - CM de Esposende
voo de 1994.
(c) Construções actualizadas com base na
cartografia escala 1:10.000 - CM de
Esposende voo de 2003.



REVISÃO	ALTERAÇÃO	DATA	APROVADO POR
PROJECTISTA		CLIENTE	
DHVFBO		ICNB Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.	
TÍTULO DO PROJECTO		PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE	
FASE		Versão Final	ESPECIALIDADE
TÍTULO DO DESENHO		PLANTA DE CONDICIONANTES	
NOME	RUBRICA	DATA	
PROJ. EQUIPA DO PLANO		22-11-2007	
DES. EQUIPA DO PLANO		22-11-2007	ESCALA 1:25 000 DESENHO Nº 27 REV.
VERIF. ROMANA ROCHA		22-11-2007	1:10 000
APROV. ROMANA ROCHA		22-11-2007	FORMATO A1 FICHEIRO 63101_F4_POAP_27.mxd FOLHA 1
AS PEÇAS DESTES ESTUDOS NÃO PODEM SER REPRODUZIDAS OU DESENVOLVIDAS PARA QUALQUER EFEITO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO AUTOR			

Projeto

- Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho
 Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Limite de concelho (CAOP2023)

Fonte: (Cartografia de Base)

DGT
<https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/igt>

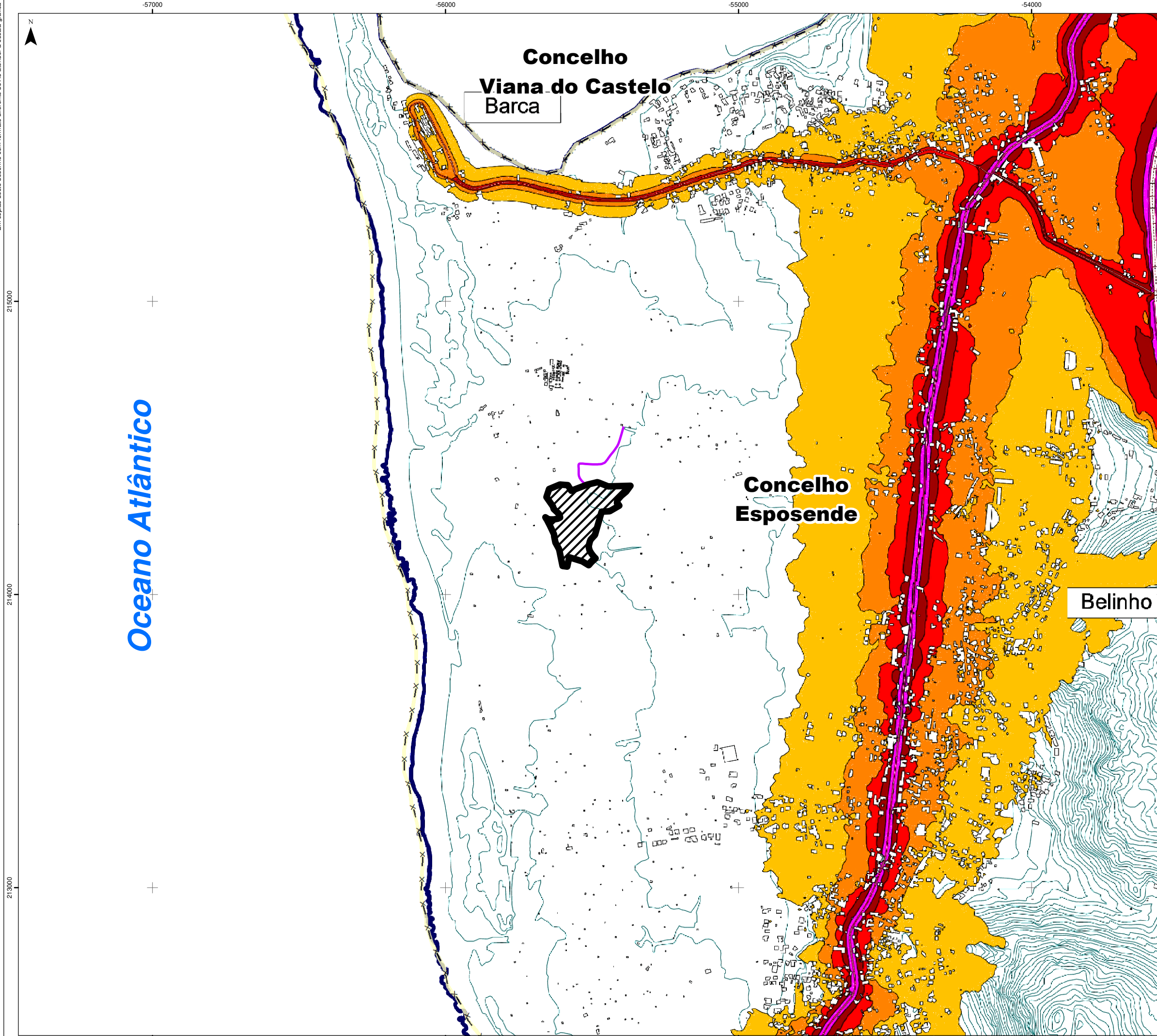


Estudo de Impacte Ambiental Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho Estudo Prévio

Título		Figura	
Excerto da Planta de Condicionantes do Parque Natural do Litoral Norte		2	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escala 1:12 500 0 100 200 m	Folha 1/1	Versão A
Ficheiro	DATA	Formato	
FIG02-POAP_LitoralNorte_Cond	2025	A3 - 297 x 420	

ANEXO 5.3 – EXTRATO DOS MAPAS DE RUÍDO DO PDM

(página intencionalmente deixada em branco)



Projeto

Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

$L_{den} \leq 50$

$50 < L_{den} \leq 55$

$55 < L_{den} \leq 60$

$60 < L_{den} \leq 65$

$65 < L_{den} \leq 70$

$L_{den} > 70$

Limite de concelho (CAOP2023)

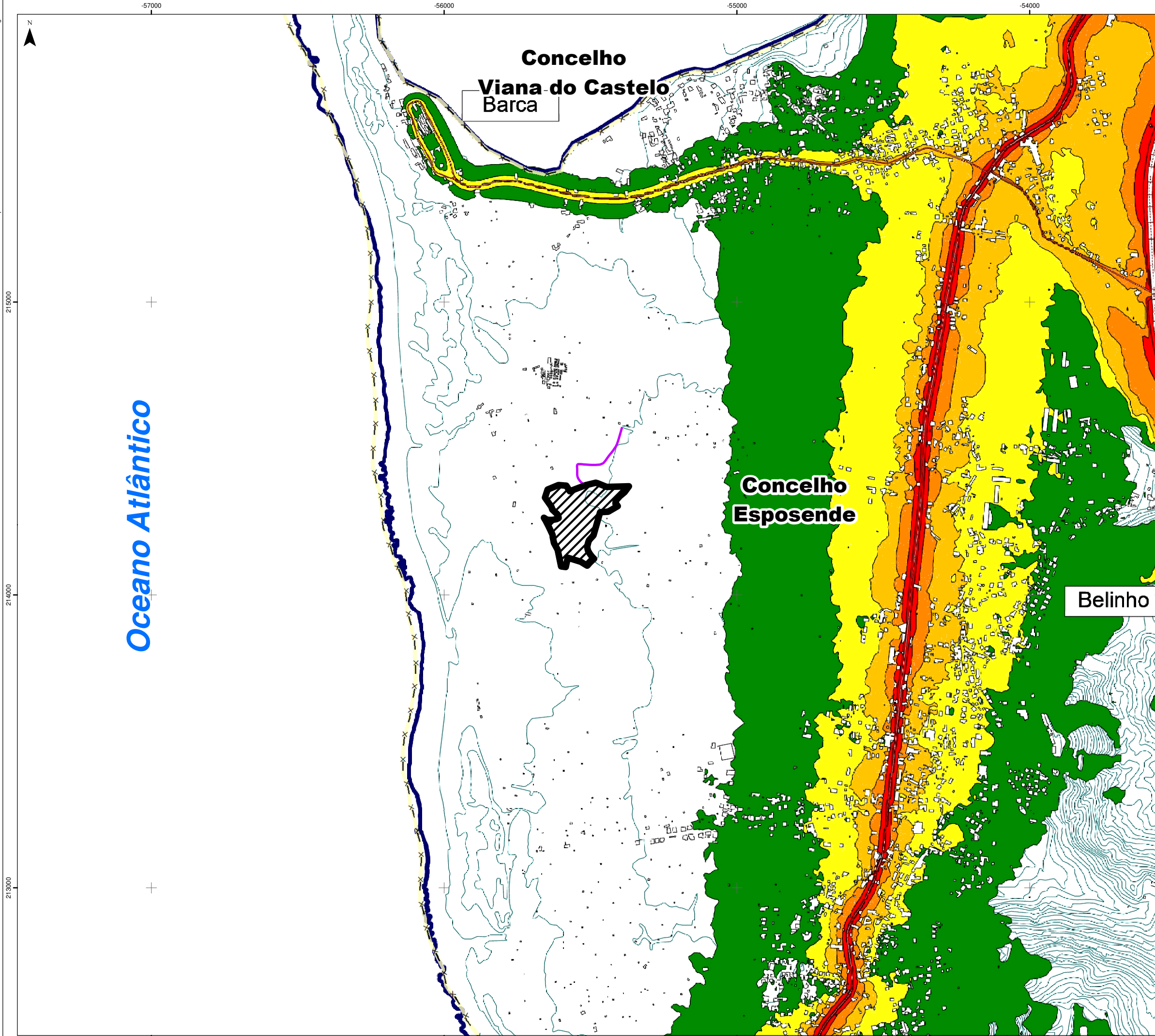
Fonte: (Cartografia de Base)

DGT
<https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/igt>



Estudo de Impacte Ambiental
Parque de Campismo e Caravanismo
em Belinho
Estudo Prévio

Título Excerto do Mapa de Ruído - Lden		Figura 1	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escala 1:12 500 0 100 200 m	Folha 1/1	Versão A
Ficheiro FIG01-MapaRuido_Lden		Data 2025	Formato A3 - 297 x 420



Projeto
 Parque de Campismo e Caravanismo em
 Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

	$L_n \leq 40$
	$40 < L_n \leq 45$
	$45 < L_n \leq 50$
	$50 < L_n \leq 55$
	$55 < L_n \leq 60$
	$L_n > 60$

 Limite de concelho (CAOP2023)

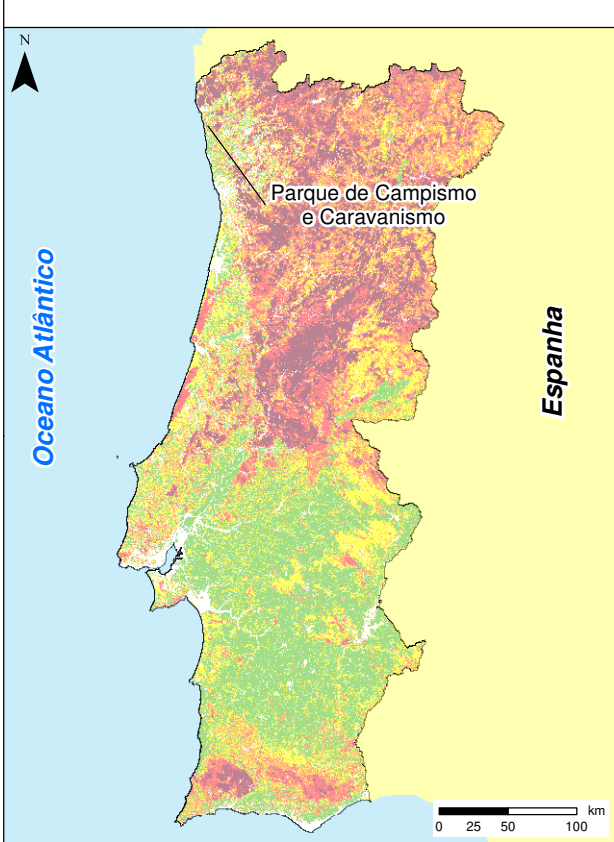
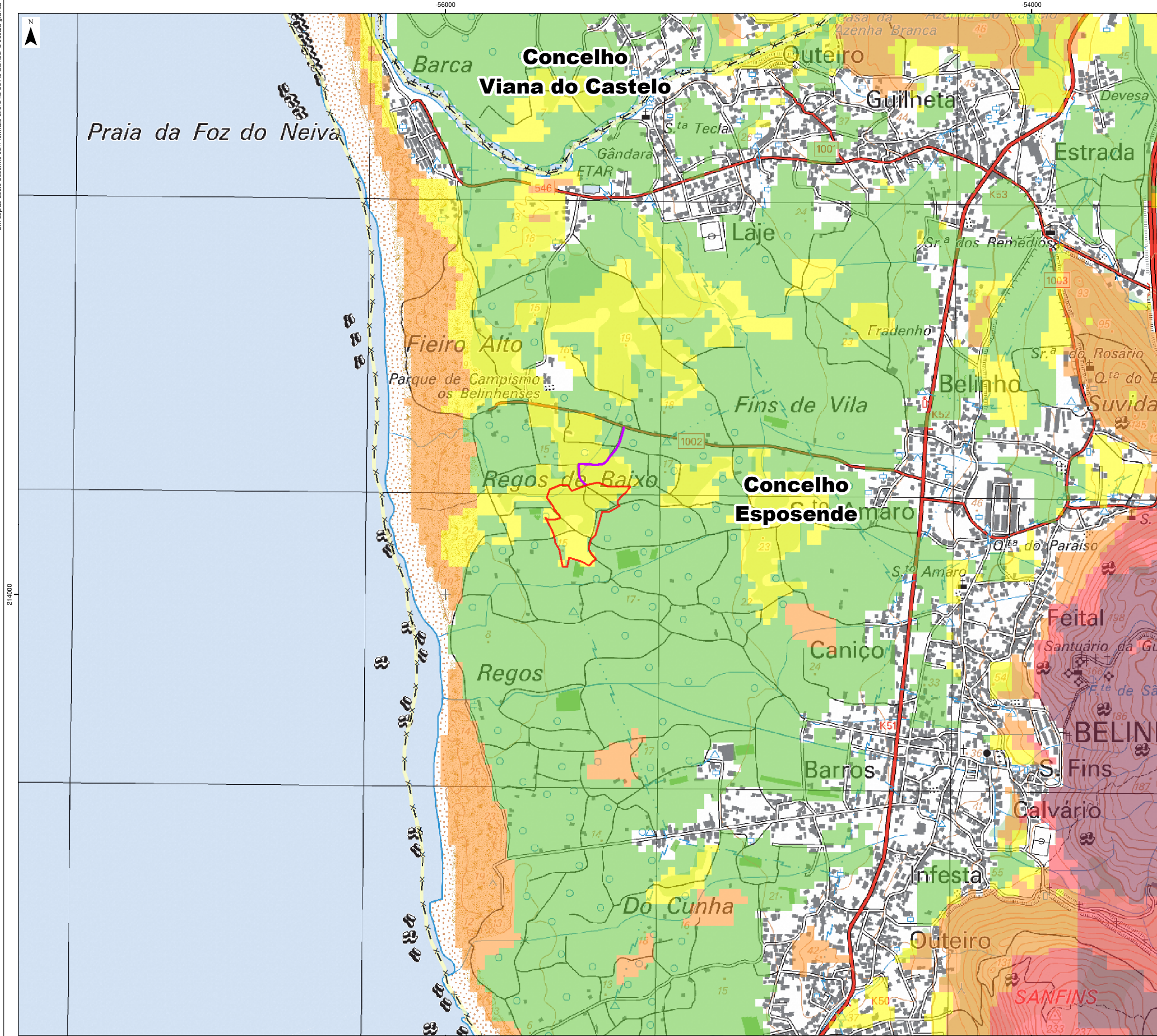
Fonte: (Cartografia de Base)
DGT
<https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/igt>

Estudo de Impacte Ambiental
Parque de Campismo e Caravanismo
em Belinho
Estudo Prévio

Título Excerto do Mapa de Ruído - L_n		Figura 2	
Sistema de referência EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	Escala 1:12 500 0 100 200 m	Folha 1/1	Versão A
Ficheiro FIG02-MapaRuido_Ln		Data 2025	Formato A3 - 297 x 420

ANEXO 5.4 – CARTOGRAFIA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIOS E DE ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIOS

(página intencionalmente deixada em branco)



- Projeto**
- Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho
 - Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Carta de Perigosidade de Incêndio Rural (estrutural 2020-2030), conforme Art.º 41º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro

- Classes de Perigosidade**
- Muito baixa
 - Baixa
 - Média
 - Alta
 - Muito alta

Limite de concelho (CAOP2023)

Fonte: (Cartografia de Base)
Instituto Geográfico do Exército, Cartas Militares de Portugal da Série M888 à escala 1:25.000: 54 - Castelo do Neiva (Viana do Castelo), 3 edição de 2015.
Referência: NE_1128/2024



**Estudo de Impacte Ambiental
Parque de Campismo e Caravanismo
em Belinho
Estudo Prévio**

Título		Figura	
Perigosidade de Incêndio Florestal		1	
Sistema de referência	Escalas	Folha	Versão
EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)	1:12 500 0 100 200 m	1/1	A
Ficheiro	Data	Formato	
FIG01-PerigosidadeIncendioFlorestal	2025	A3 - 297 x 420	



Projeto

Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Acesso ao Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho

Áreas percorridas por incêndios florestais (2000-2022)

2015

Limite de concelho (CAOP2023)

Fonte: (Cartografia de Base)

Instituto Geográfico do Exército, Cartas Militares de Portugal da Série M888 à escala 1:25.000; 54 - Castelo do Neiva (Viana do Castelo), 3 edição de 2015.

Referência: NE_1128/2024

AGRI.PRO AMBIENTE

CONSULTORES, Lda

Estudo de Impacte Ambiental

Parque de Campismo e Caravanismo

em Belinho

Estudo Prévio

Título		Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndio		Figura		2	
Sistema de referência		Escala		Folha	Versão		
EPSG 3763 (PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989)		1:12 500 0 100 200 m		1/1	A		
Ficheiro		Data		Formato			
FIG02-PovoamentosFlorestaisPercorridosIncendio		2025		A3 - 297 x 420			

ANEXO 5.5 – PARECER DA CM DE ESPOSENDE AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA O PROJETO DE PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO

(página intencionalmente deixada em branco)

Processo nº: 377/2023

Req. nº: 4852/2023 de 2023/06/29

Freguesia: UNIAO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR

Local da Obra: SITIO DA BOUÇA DO A MIEIRO

Gestor: Arquiteto Rui Mota
rui.mota@cm-esposende.pt

Titular do Processo: DIOGO GONCALVES PEREIRA RAMOS BARROTE

Informação: DGU/48525/2023

1. O requerente apresenta pedido de informação prévia sobre a possibilidade de construção de um Parque de Campismo e Caravanismo levar a efeito em prédio situado em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal.

1.1 O empreendimento inclui as modalidades de: Caravanismo (82 lugares); Campismo em tenda (140 lugares); e, Alojamento em Bungalows/ Glamping (30 unidades).

2. De acordo com as condicionantes da localização foi colhido o parecer externo da APA / ARH-Norte e do ICNF. A CCDRN emitiu parecer global desfavorável à pretensão nas condições expressas no ofício OF_DGTU_GR_11279/2023 de 16.08.2023.— Em anexo.

2.1 Decorre do parecer emitido que a intervenção deve ser objeto de avaliação de impacto ambiental nos termos previstos no DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, — Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

3. Classificação e qualificação do solo, segundo o PDM: em **SOLO RURAL**

Carta de Ordenamento I – Qualificação Funcional do Solo

Espaços de Ocupação Turística

Carta de Ordenamento II – Valores Patrimoniais e Salvaguardas

Estrutura Ecológica Municipal – estrutura Ecológica Fundamental

Carta de Ordenamento III – Qualificação Operativa do Solo

Nada Assinalado

Carta de Condicionantes

Leitos e margens de cursos de água não navegáveis (largura 10m)

POPNLN, Parque Natural do Litoral Norte,

4. O prédio integra Espaços de Ocupação Turística em solo rural, art.º40 do RPDM. Nestes espaços são admissíveis empreendimentos turísticos da tipologia de parque de campismo e de caravanismo, bem como os usos considerados como complementares, devendo ser cumpridas as seguintes regras:

4.1 Área de construção corresponde ao índice de utilização do solo de 0.10 — A proposta não inclui a descrição da área de construção prevista (este parcial deve ser discriminado na planta de síntese da intervenção com referência aos parciais correspondentes a cada edificação/ conjunto e aos totais)

4.2 Número máximo de 1 piso acima do solo, e dimensão vertical de fachada não superior a 6m — Esta regra está observada.

4.3 Nas áreas integradas no PNLN, como é o caso, e também por força do uso devem ainda ser observadas as regras definidas no art.º64º do RPDM — Esta regra não está observada considerando o parecer negativo do ICNF.

5. O prédio não confronta com via de acesso pública. A proposta não descreve o acesso, nem inclui/ descreve as obras de urbanização.

5.1 De acordo com o n.º1 do art.º 17º do RPDM, a construção de edifícios só pode ser viabilizada se o local onde se pretende implantar dispuser de via de acesso que cumpra as condições estabelecidas na alínea b) do art.º 14º do mesmo regulamento ou, quando tal via não existir, se ela for construída concomitantemente com o próprio empreendimento.

5.2 A alínea b) do art.º 14º refere que a via pública deve ter características apropriadas às exigências de circulação e tráfego por elas gerado, devendo corresponder às que garantam a circulação de veículos das forças de segurança e proteção civil, nomeadamente carros de bombeiros e ambulâncias.

5.3 Como tal não está verificada a exigência de via habilitante; e,

5.4 Também não é possível entender/ analisar a cedência ao domínio público.

6. Relativamente aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento, definidos no art.º 128º e 129º do RPDM, deve ser previsto: um lugar privado por cada cinco unidades de alojamento; um lugar por cada 15 lugares de lotação (com referência ao n.º2 do art.º 128º); e, um lugar de utilização pública por cada 100m² de área de construção destinada a comércio ou atividades terciárias. — A proposta não inclui o enquadramento/ justificação da verificação desta regra.

7. De acordo com o n.º 3 do art.º 22º do RPDM, deve ser garantida no prédio que a distância entre o perímetro exterior das componentes edificadas e as extremas do mesmo cumpre os valores mínimos estabelecidos na lei — Regime de gestão integrada de fogos rurais estabelecido pelo DL 82/2021 de 13.10.2021 com as alterações subsequentes.

7.1 O PMDFCI (Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios) Edital n.º 483/2020, de 3 de abril de 2020, define a cartografia de perigosidade de incêndio florestal — De acordo com esta carta a parcela é atravessada por zona de perigosidade baixa e muito baixa.

7.2 A edificação não observa o afastamento de 50m; e,

7.3 O pedido não inclui a adequação e enquadramento da componente edificada nem a gestão dos espaços envolventes, no regime de gestão integrada de fogos rurais e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

8. Nos termos descritos e com as insuficiências destacadas, não é possível concluir a análise sobre a adequação da proposta ao local, nomeadamente em termos de salvaguarda paisagística e do impacto na infraestrutura local.

9. Face ao exposto, deve ser emitido parecer desfavorável à pretensão.

2023-08-29

O Técnico da D.G.U.



Arquiteto Rui Mota

ANEXO 6

PATRIMÓNIO

(página intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 6.1 – DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DO ADITAMENTO AO PATA

(página intencionalmente deixada em branco)

Assunto : PATA - (Prospecção) - Parque de Campismo de Belinho - Esposende.

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Esposende.

Servidão Não se aplica
Administrativa :

Inf. n.º: S-2025/639856 (C.S:1746330)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2024/03-06/903/PATA/27680
(C.S:273045)

Data Ent. Proc.: 28/01/2025

Diretor da Unidade de Cultura da CCDR Norte I.P. David José da Silva Ferreira a 05/02/2025

Proponho a autorização do aditamento ao PATA. Ao Património Cultural I.P.

DSBC/2024 - 903

CS:1737123

O presente aditamento ao pedido de autorização em apreciação reporta-se a uma intervenção arqueológica a realizar no âmbito do Relatório do Descritor Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Parque de Campismo e Caravanismo de Belinho", em fase de execução, cujo promotor/requerente é Diogo Gonçalves Barrote.

O EIA é da responsabilidade da AGRI-PRO Ambiente, Consultores, S.A., que se constitui como Entidade Contratante, e a Entidade Enquadrante do PATA é AFA. Arqueologia, Conservação e Restauro.

Anteriormente, foi submetido um PATA, da responsabilidade do Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha, referente à caracterização da atual situação de referência para o descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, na área abrangida pelo projeto, tendo o mesmo sido autorizado por Despacho Superior de 28/08/2024.

O presente aditamento ao PATA visa dar cumprimento ao despacho da Comissão de Avaliação do Pedido de Elementos Adicionais para Efeitos de Avaliação de Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) no Âmbito no Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do Projeto do «Parque de Campismo e Caravanismo em Belinho» Proc. AIA_24/2024.

Património

Pedido de elementos:

"7.1. A implementação do PCCB com as dimensões apresentadas tem subjacentes projetos associados e complementares. Clarificar e identificar os projetos associados e complementares necessários à implementação da operação e ao bom funcionamento do futuro PCCB, nomeadamente no que se refere à(s) via(s) necessário beneficiar e às ligações das infraestruturas às respetivas redes públicas.

Caso os projetos associados se desenvolvam/ultrapassem os limites da área de projeto e abranjam áreas não prospectadas, devem ser apresentados os resultados da prospeção arqueológica sistemática (área adstrita às várias componentes dos projetos associados), tendo em vista a identificação de elementos de interesse patrimonial inéditos ou realocações de elementos identificados na pesquisa documental, cujos resultados permitirão avaliar os impactes e as medidas de minimização a adotar.

Em conformidade com os resultados, apresentar:

i. Fichas da Caracterização dos elementos patrimoniais que venham a ser identificados, avaliação de impactes e proposta de medidas de minimização;

ii. Quadro Síntese com a distância dos elementos patrimoniais inventariados relativamente às várias componentes de projeto, incluindo dos acessos e ligações das infraestruturas à rede pública – caso aplicável – (relativamente ao limite exterior das ocorrências de interesse cultural);

iii. Carta atualizada com identificação das condições de visibilidade do terreno das áreas objeto de prospeção (projetos associados/complementares – caso aplicável) que inclua os limites da área prospectada e identifique as distintas manchas de visibilidade, à escala 1:25000;

iv. Estes trabalhos carecem de autorização do organismo competente da Tutela do Património Cultural, nos termos do nº 1 do artigo 6.º, do Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que publica o regulamento de trabalhos arqueológicos.

Para o efeito deve ser apresentado um aditamento ao PATA em vigor, ou um novo PATA onde se inclua o Plano de Trabalhos com as áreas a caracterizar, referentes aos projetos associados;

v. O Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos adicionais deve ser previamente enviado à Tutela do Património de forma a validar a informação constante no EIA consolidado. 7.2. Fase de Projeto – O EIA informa que o projeto se encontra em fase de Estudo Prévio, sendo que o Relatório de Trabalhos Arqueológicos (RTA) que acompanha o EIA refere que o projeto se encontra em Fase de Execução, devendo este ser corrigido.

7.3. Fator Património Cultural – Apresentar o Enquadramento Histórico-Arqueológico da área de estudo, tendo como objetivo contextualizar a área do projeto e avaliar o potencial arqueológico da área de estudo do projeto. O enquadramento deve refletir o conhecimento histórico e arqueológico numa faixa envolvente de 1500 metros relativamente aos limites da área de incidência do projeto e ter subjacente a análise crítica das fontes documentais.

7.4. Património identificado na área de estudo – corrigir a peça desenhada nº 12 e demais quadros e figuras constantes no RS do EIA– acrescentando a numeração /identificação das ocorrências patrimoniais identificadas na área de estudo.

7.5. Tendo presente que se refere que não foram detetadas ocorrências de interesse cultural, clarificar do significado da afirmação: “Numa vertente mais alargada verifica a presença de ocorrências patrimoniais, todavia, a conservação das mesmas é compatível com a concretização do projeto. Em termos de medidas, apenas se preconiza o acompanhamento arqueológico em obra, durante operações de escavação”.

7.6. Cartografia atualizada do projeto com sinalização/identificação dos elementos patrimoniais (caso aplicável). Devem, sempre que possível, ser apresentados sob a forma de polígono à escala 1:25000 e à escala de projeto (1:5000 ou 1:2000), sem redução.

7.7. Carta de Condicionantes do Projeto, designadamente com os elementos patrimoniais identificados (caso aplicável) com a respetiva numeração.

7.8. Informação geográfica do projeto em formato vetorial (por exemplo ESRI Shape File e no sistema de coordenadas ETRS89), designadamente com as várias componentes do projeto (incluindo projetos associados/complementares) e os elementos patrimoniais inventariados.

7.9. Comprovativo de entrega ao organismo competente da Tutela do Património Cultural do Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos realizado para o fator ambiental Património Cultural, nos termos do Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de novembro, de forma a validar a informação constante no EIA.”

Com este aditamento pretendem:

- realizar as Fichas da Caracterização dos elementos patrimoniais que venham a ser identificados, avaliação de impactes e proposta de medidas de minimização;
- realizar um Quadro Síntese com a distância dos elementos patrimoniais inventariados relativamente às várias componentes de projeto, incluindo dos acessos e ligações das infraestruturas à rede pública – caso aplicável – (relativamente ao limite exterior das ocorrências de interesse cultural);
- realizar a carta atualizada com identificação das condições de visibilidade do terreno das áreas objeto de prospeção (projetos associados/complementares – caso aplicável) que inclua os limites da área prospectada e identifique as distintas manchas de visibilidade, à escala 1:25000;
- realizar o Enquadramento Histórico-Arqueológico da área de estudo, tendo como objetivo contextualizar a área do projeto e avaliar o potencial arqueológico da área de estudo do projeto. O enquadramento deve refletir o conhecimento histórico e arqueológico numa faixa envolvente de 1500 metros relativamente aos limites da área de incidência do projeto e ter subjacente a análise crítica das fontes documentais. Será realizada a cartografia do projeto com sinalização/identificação dos elementos patrimoniais (caso aplicável). Devem, sempre que possível, ser apresentados sob a forma de polígono à escala 1:25000 e à escala de projeto (1:5000 ou 1:2000), sem redução.

Face ao exposto, consideramos que o presente aditamento ao PATA encontra-se em condições de ser autorizado.

Deverá ser comunicada à CCDRNorte – Unidade de Cultura a data do início dos trabalhos, para efeitos de acompanhamento e fiscalização.

À Consideração Superior,
Senhora da Hora, 04/02/2025
A Técnica Superior/Arqueóloga
Anabela Lebre

Unidade de Cultura CCDR-M
Estrada da Circunvalação
Quinta de São Gens 11846
4460-281 Matosinhos

DATA: 24/02/2025

N/REFERÊNCIA:

AFA2025-938

S/REFERÊNCIA:

S/DATA:

ASSUNTO: Envio Relatório

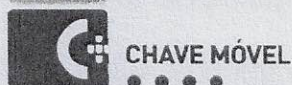
Exmos.(as) Senhores(as),

Vimos por este meio enviar Relatório do Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Parque de Campismo de Belinho"

*Recebi dia 25/02/2025
Maria Jorge*

Melhores Cumprimentos,

Assinado por: **Artur Jorge Rodrigues Fontinha**
Num. de Identificação: 11219054
Data: 2025.02.24 19:14:20 +0000



Moreira da Maia

Artur Fontinha, Dr.
Gerente

Folha

ANEXO 6.2 – RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

(página intencionalmente deixada em branco)

**ESTUDO IMPACTE
AMBIENTAL – DESCRITOR
DE PATRIMÓNIO**

2025

**PARQUE
CAMPISMO DE
BELINHO**

COORDENAÇÃO GERAL	Artur Fontinha			
COORDENAÇÃO PROJETO	Artur Fontinha			
DIREÇÃO CIENTÍFICA	Artur Fontinha			
EQUIPA TÉCNICA	Artur Fontinha João Silva			
RESPONSÁVEL DESENHO	Artur Fontinha João Silva			
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA	-			
ENTIDADE ENQUADRANTE	AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO			
ENTIDADE CONTRATANTE	AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.			
PROPRIETÁRIO	Diogo Gonçalves Barrote			
DESPACHO AUTORIZAÇÃO	S-2024/636710 (C.S:1737833)			28.08.24
ACRÓNIMO	PCB.25			
DISTRITO	Braga			
CONCELHO	Esposende			
FREGUESIA	UF de Belinho e Mar			
COORDENADAS	M	P	A	CMP
	41.596284	-8.799672		54
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Início		Fim	
	09.09.24		28.01.25	
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO	Rua Albino José Domingues, 74 2º sala AX 4470-034 Moreira da Maia			
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO	Não se aplica			

FICHA TÉCNICA

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Parque de Campismo de Belinho” em fase de Ante Projeto.

O presente Estudo, adjudicado pela AGRI-PRO Ambiente Consultores S.A., foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo ofício S-2024/636710 (C.S:1737833) de 28.08.24. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:

Relatório Base

Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Janeiro de 2025

ARTUR FONTINHA, DR.

Arqueólogo

NOTA

INTRODUTÓRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ENTIDADES CONTATADAS	5
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	6
DESCRIÇÃO DO PROJETO	6
METODOLOGIA	7
DEFINIÇÃO DO ÂMBITO	9
AValiação	9
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITACÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS	13
REGISTO E INVENTÁRIO	20
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	22
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	22
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	22
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	24
ANÁLISE TOPONÍMICA	35
ANÁLISE FISIAGRÁFICA	35
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	38
RESULTADOS - SÍNTESE	41
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	41
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	41
AValiação DE IMPACTE	41
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	42
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	42
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	42
PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	42 43
BIBLIOGRAFIA	44
ENQUADRAMENTO LEGAL	44
CARTOGRAFIA	45
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	45
ANEXOS	46
ANEXO I – REGISTOFOTOGRAFICO	47
ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	53
ANEXO III – FICHA DE SÍTIO	59
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS	62

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto “Parque de Campismo de Belinho”, em fase de Estudo Prévio. A sua execução foi da competência da empresa AGRI-PRO Ambiente Consultores, que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. Este relatório dá conhecimento à CCDR e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, 1.500,00 metros para além dos limites definidos no mesmo, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural:

- Entende-se por Área de Estudo (AE) a área situada entre o limite da Área de Incidência Direta (AID) e a que se estende até um mínimo de 1.500,00 metros para além dos limites definidos no mesmo.

- Entende-se por Área de Incidência Direta (AID) do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

- Entende-se por Área de Indireta (AI) do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

Os Relatórios Finais resultantes desses trabalhos serão apresentados ao organismo competente da administração do Património Cultural para apreciação (alínea a) dos n.º 2 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, só devendo figurar nos relatórios técnicos (EIA e RECAPE) depois de aprovados, de forma a validar o conteúdo do respetivo fator ambiental.

ENTIDADES CONTATADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **CCDRN**. Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 07.08.24. A técnica responsável da CCDRN para a avaliação do PATA foi a Dr^a Anabela Lebre.

- **Câmara Municipal de Esposende.** Neste contato foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitectónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM. Foram solicitadas informações sobre património arqueológico do município à dr^a Ana Almeida, arqueóloga do município.

- **Câmara Municipal de Viana do Castelo.** Neste contato foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitectónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM. Foram solicitadas informações sobre património arqueológico do município ao dr. Miguel Costa do gabinete de arqueologia da câmara municipal de Viana do Castelo.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A proposta do Parque de Campismo e Caravanismo permite atender a vários tipos de alojamento, com as seguintes capacidades:

- Caravanismo – 82 lugares
- Campistas em regime de tenda – 140
- Alojamento complementar em bungalows / glamping: - 30 un

Tendo em conta o limite e localização do terreno, organizou-se o parque da seguinte forma: Entrada e acesso principal no ponto central de acesso a partir da via pública, com a distribuição

nesse ponto de estacionamento exterior ao Parque, com a capacidade de 14 lugares individuais.

Pelo exterior do terreno delimitado para o Parque de campismo, é cedida uma área em zonas estratégicas ao longo do perímetro, de forma a permitir garantir o acesso por parte dos proprietários dos terrenos vizinhos aos terrenos. Essa via de circulação que permite a comunicação e ligação exterior entre caminhos existentes que foram sendo criados ao longo dos anos pelos utentes dos terrenos.

Internamente, o Parque organiza-se da seguinte forma:

Na entrada principal do Parque implanta-se o edifício da Recepção e apoio aos utentes, com uma área de 130.00m² e um piso, com um parque de estacionamento já interior ao parque com a capacidade de 38 lugares individuais.

Perpendicularmente ao acesso estrutura-se a via de circulação principal (com 2 sentidos) e uma largura de 6 metros, onde se distribuem as diferentes zonas que compõem o Parque de Campismo e Caravanismo. Entre a vedação do Parque de campismo e longo de todo o perímetro é desenhada uma via de circulação interna do Parque, com um sentido de circulação e 3 metros de largura, que permite a circulação de viaturas de emergência assim como a circulação normal dos utentes para acesso a cada uma das zonas.

Será considerada para o processo de Pedido de Informação Prévia a área existente do terreno de 43.891,00m².

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular da DGPC, de 29 de Março de 2023 sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências Patrimoniais** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8

de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;

- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referência de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;

- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da CCDR.

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO

Caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural, com vista à identificação das questões significativas associadas às fases prévias à construção, de construção, exploração e desativação (i. e., identificação e avaliação de potenciais impactes significativos):

- **1** Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que se sobreponham à área do projeto;
- **2** Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais) e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico;
- **3** Síntese histórico-arqueológica da Área de Estudo e Áreas de Incidência do projeto.

AVALIAÇÃO

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) sustenta-se, entre outros, na elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA), tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução dos projetos e respetiva Pós-Avaliação (PA).

Com esta finalidade, nesta fase são implementados os seguintes procedimentos:

- Definição da Área de Estudo (AE) para o fator ambiental Património Cultural, bem como das áreas de Incidência Direta (AID) e Indireta (AII) do projeto.
Tendo como objetivo contextualizar a área do projeto do ponto de vista do Património Cultural, entende-se por AE a área situada entre o limite da AID e a que se estende até 1500 metros para além dos limites definidos no mesmo.
Entende-se por AID do projeto aquela que é diretamente afetada pela execução e exploração do mesmo.

Entende-se por All do projeto aquela que é passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a AID e 50 metros para além dos seus limites.

- Descrição e caracterização da situação de referência para o fator ambiental Património Cultural:
 - a. Realização de pesquisa bibliográfica e documental, incluindo os documentos resultantes de anteriores procedimentos de AIA e os IGT que se sobreponham à área do projeto;
 - b. Consulta das bases de dados da administração do Património Cultural (organismos competentes da administração do Património Cultural e autarquias locais), e de outras entidades, relativas ao Património arqueológico e arquitetónico; A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação: Bibliografia específica, Documentação, Cartas Arqueológicas, Inventários de Património Arqueológico e Arquitetónico, Carta de condicionantes do PDM (Planos de Pormenor Municipais); Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados), <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>, www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm, Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho, Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;
 - c. Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário;
 - d. Análise toponímica e fisiográfica da cartografia, incluindo a histórica e cadastral, complementada pela análise de ortofotomapas, sempre que se revele pertinente; Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a

existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente. Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar

- e. Elaboração do enquadramento histórico e arqueológico da AE;
- f. Relocalização no terreno dos dados previamente recolhidos, quer se localizem na AID quer na AI;
- g. Prospeção arqueológica sistemática das áreas de implantação das componentes do projeto que não apresentem alternativa de localização; Entende-se por prospeção sistemática o percorrer a pé todas as áreas passíveis de serem observadas arqueologicamente, devendo a mesma ser efetuada por vários prospetores em linhas paralelas com uma distância entre si não superior a 20 metros. Nos casos de projetos abrangendo grandes áreas ou na proximidade de áreas com reconhecida sensibilidade arqueológica, em situações vegetação muito densa, poderá ser recorrer-se, complementarmente, ao levantamento da AE do projeto com utilização de tecnologia LiDAR- voo combinado LiDAR e fotoaerofotogrametria (canais vermelho, verde, azul infravermelho de proximidade com um mínimo de 120 pontos por m²). Os dados apurados deverão ser processados por um arqueólogo especialista em fotointerpretação. A apresentação de resultados deverá ser realizada em forma de relatório.
- h. Em fase de Estudo Prévio (EP) ou de Anteprojeto (AP), prospeção seletiva que cubra uma amostragem correspondente no mínimo a 25% da área total de cada uma das alternativas de localização apresentadas; Entende-se por prospeção seletiva a batida de zonas criteriosamente selecionadas. como indicadoras de potencial arqueológico. tendo por base a pesquisa bibliográfica.

os indícios de natureza toponímica, fisiográfica e informação oral, recolhidos previamente, e a observação direta da paisagem.

- i. Em fase de Projeto de Execução (PE), prospeção sistemática das áreas a afetar pelo projeto (AID e AI), áreas a afetar no decurso da obra e ainda as correspondentes ao restabelecimento da rede viária, à construção e/ou melhoria dos acessos à obra, aos estaleiros, assim como aos locais de empréstimo e depósito de terras e / ou de dragados;
- j. As áreas de projeto não prospectadas por desconhecimento da sua localização serão indicadas no relatório;
- k. As áreas não prospectadas devido a outros impedimentos serão implantadas na cartografia;
- l. No caso de impedimento pontual na realização da prospeção, este será justificado, discriminando as diligências efetuadas;
- m. Descrição das condições de visibilidade do solo, para artefactos e estruturas, através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);
A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:
 - Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospectado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;
 - Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;
 - Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.
- n. Atribuição de valoração às ocorrências patrimoniais identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e cultural, com base nos seguintes critérios: valor da inserção paisagística, valor da conservação, valor da monumentalidade, valor da raridade regional, valor científico e valor histórico.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTES COM EXPLICITAÇÃO DOS CRITÉRIOS

UTILIZADOS

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referência: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL

(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

TIPO DE SÍTIO

Abriço	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptomórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Espigueiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

CRONOLOGIA

Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império
Idade Média	Alta Idade Média	Baixa Idade Média	Islâmico
Moderno	Contemporâneo	Pré-História Antiga	Pré-História Recente
	Proto-História	Indeterminado	

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO

Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

TOPOGRAFIA

Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
--------	----------	--------------	--------------	------------------

Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

VISIBILIDADE

Destaca-se bem	Destaca-se medianamente
Diluída na paisagem	Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

CONTROLO VISUAL

Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)
-----------------------	-----------------------	---

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO

Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

USO DO SOLO

Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânica	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de

Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES

Pesquisa Documental	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
Trabalho de Campo		Prospecção		Informação Oral	

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS

Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areeiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária

Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos
	Vandalismo		Vegetação	

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença	Ausência
----------	----------

Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa	Média
Pequena	Pontual

Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua	Dispersa
Concentrada	Progressiva

Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da CCDR.

ACESSIBILIDADE

Via Rápida	Estrada Nacional	Estrada Municipal
Estradão	Caminho de pé posto	Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização	Escavação	Sondagem
Levantamento		Prospecção

Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existent em relação à Ocorrência Patrimonial

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

Localização Face ao Projecto - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência

Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: Elevado: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Reduzido: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. Sem interesse: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. Indeterminado: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do

Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afectação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projecto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência Patrimonial.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE					
Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração		Desativação
Carácter de Impacte		Indireto		Direto	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

Tabela 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência Patrimonial

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE	
Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica. Estas podem ser mecânicas (quando os sítios não revelem indícios claros de conservação de contextos in situ e apresentem à superfície, numa grande extensão, manchas de dispersão de vestígios esparsos); ou manuais (sempre que exibam estruturas ou concentrações significativas de materiais arqueológicos ou outros indícios claros de conservação de contextos in situ)
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Elaboração de memórias descritivas para salvaguarda futura, com descrição das características morfo-funcionais, cronologia, estado de conservação, enquadramento cénico/paisagístico, bem como registo gráfico e fotográfico, e levantamentos topográficos, incluindo perfis e alçados, georreferenciados
Medida de classe E	Sinalização e/ou vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos

	e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção
Medida de classe L	Trabalhos prévios de conservação e consolidação de estruturas que se revelem suscetíveis de sofrerem danos ou deterioração causados pela implementação do projeto
Medida de classe M	Recurso prévio a modelos de diagnóstico preditivos, através de métodos geofísicos ou outros, quando devidamente justificado
Medida de classe N	Avaliação espeleo-arqueológica de cavidades subterrâneas de génese natural (cársica, vulcânica, tectónica, erosiva) ou antrópica (minas, criptas, condutas)

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à CCDR, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Os relatórios destes trabalhos arqueológicos a apresentar ao organismo competente da administração do Património Cultural devem conter, para além do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei n164/14, de 4 de Novembro, os seguintes elementos:

- Breve descrição do projeto, com indicação da fase em que se encontra – AP, EP, PE – e no caso do RECAP, descrição e demonstração do cabal cumprimento das condições impostas na DIA e/ou na DCAPE;
- Descrição das ações para execução das infraestruturas/componentes do projeto que se prevê terem afetação direta ou indireta sobre o património, e explicitação de quais as correspondentes áreas de afetação direta e potencial afetação indireta;
- descrição da metodologia utilizada tendo em conta a fase do projeto;
- Indicação das áreas de projeto não prospetadas por desconhecimento da sua localização, e respetiva implantação cartográfica;
- Caraterização da situação de referência, com informação sobre as distâncias de cada ocorrência (considerando os limites exteriores) relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto;
- Apresentação de uma ficha de caraterização patrimonial com descrição e localização, por cada ocorrência identificada; A ficha de caracterização patrimonial deverá, pelo menos, conter as seguintes informações: número de inventário, coordenadas, topónimo, correlação com o CNS (endovelico, Sistema de Informação e Gestão

Arqueológica), tipo, cronologia, descrição, registo fotográfico, potencial científico, grau de conservação e interação com o projeto (impacte).

- g) Identificação e avaliação dos impactes, com explicitação dos critérios utilizados nas diversas fases (construção, exploração, desativação);
- h) Proposta dos adequados ajustes ao projeto e medidas de minimização de carácter geral e específico, com a avaliação da eficácia das medidas propostas, a identificação dos impactes residuais, após a aplicação das mesmas, e eventuais medidas de compensação destes;
- i) Plano de Monitorização do Património Cultural na fase de exploração, nos casos aplicáveis;
- j) Cartografia comparativa da prospeção proposta/realizada, com indicação das lacunas de conhecimento (deficiências na prospeção);
- k) Cartografia do projeto com sinalização e numeração das ocorrências identificadas, à escala 1: 25 000. Quando em PE deverá ser também apresentada à escala (1:50 000 ou 1:2 000), com respetivo levantamento topográfico/batimétrico;
- l) Demonstração da progressão da prospeção no terreno, através de fotografia com referenciação na cartografia;
- m) No caso dos projetos referidos em 5. do Capítulo I, cartografia do projeto com indicação da natureza dos fundos subaquáticos;
- n) Cartografia individualizada e georreferenciada das áreas de dispersão/implantação das ocorrências patrimoniais identificadas (polígonos com áreas de dispersão/concentração de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas, incluindo áreas mínimas para proteção dos vestígios);
- o) Descrição das condições de visibilidade do solo através de uma classificação simplificada e sua representação cartográfica, com sinalização das ocorrências identificadas, com trama ou cor, à escala adequada ao projeto; no caso de PE, quando se justifique, apresentar cartografia à escala de projeto (1:5 000 ou 1:2 000);
- p) Cartografia do projeto com implantação dos dados geofísicos (caso se opte por esta metodologia);
- q) Apresentação em formato digital dos dados brutos recolhidos através da prospeção geofísica (caso se opte por esta metodologia);

- r) Apresentação e análise de dados geológicos (caso tenham sido efetuados trabalhos de sondagem geológica no local de implantação do projeto);
- s) Apresentação de síntese da situação de referência, avaliação de impactes e medidas de minimização a incluir no Resumo Não Técnico (RNT).

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial. Para a AE foi considerada uma área de 1.500m da envolvente da área de projeto.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O Parque de campismo localiza-se no distrito de Braga, concelho de Esposende, UF de Belinho e Mar, sendo que a AE abrange a freguesia de Antas do concelho de Esposende e a freguesia de Castelo do Neiva do concelho de Viana do Castelo.

O concelho de Esposende, do distrito de Braga, localiza-se na Região Norte (NUTII), no Cávado (NUTIII). Situa-se na foz do rio Cavado, a oeste de Braga e a norte da Póvoa de Varzim e a sul de Viana do Castelo. É limitado pelos seguintes concelhos: a norte pelo de Viana do Castelo (distrito de Viana do Castelo), a este pelo de Barcelos, e a sul pelo da Póvoa de Varzim. É o único concelho do distrito banhado pelo oceano atlântico o que lhe confere uma fisionomia particularmente diferente dos demais concelhos.

O concelho, com um área de 95,4 km², compreende 15 freguesias: Antas, Apúlia, Belinho, Curvos, Esposende, Fão, Fonte Boa, Forjães, Gandra, Gemeses, Mar, Marinhas, Palmeira de Faro, Rio Tinto e Vila Chã.

A morfologia do concelho apresenta três áreas distintas - a faixa litoral, seguida de uma área planáltica e os vales dos rios Neiva e Cávado. São abundantes os pequenos cursos de água que contribuem para a fertilidade dos solos.

O Concelho de Viana do Castelo localiza-se na Região Norte (NUT II), no Minho-Lima (NUT III).

O concelho tem uma área de 319,02 km²

O distrito, situado no extremo Norte do território continental português, no Minho, entre os rios Minho e Neiva, é limitado a norte e leste por Espanha, a sul pelo distrito de Braga e a oeste pelo oceano Atlântico. Bastante montanhoso, atinge a altitude máxima na serra da Peneda, a 1416 m.

É banhado pelos rios Minho, Âncora, Lima, Neiva e seus afluentes, Coura e Vez. Nas serranias, a vegetação mais significativa é constituída por matas de carvalhos, pinheiros bravos e eucaliptos.

O clima varia conforme a proximidade do mar e a altitude, tornando-se cada vez mais rigoroso à medida que nos afastamos do oceano e que a altitude aumenta. São frequentes os fenómenos de condensação que originam nevoeiros e nebulosidade.

O distrito é marcado pela proximidade de Espanha, pela riqueza dos seus rios e solos e pela sua costa, banhada pelo oceano Atlântico. Fatores físicos que determinam uma forte ligação das gentes à terra, ao rio e também ao mar.

Compreende dez concelhos: Ponte da Barca, Melgaço e Arcos de Valdevez, Caminha, Monção, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira (VER ANEXO IV, DESENHOS 1, 2).



Figura 1: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita





Figura 2– Área envolvente de 1,5km (AE). A Vermelho a AID e a azul a AE

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

Fonte: <https://www.uf-belinhoemar.pt/index.php/uniao-de-freguesias/freguesia-de-belinho/historia>

Ao longo dos anos, a designação da freguesia foi sofrendo alterações, até chegar à atual designação. BELINHO é um antropónimo proveniente do nome romano Belinus. O que leva a crer que, uma ocupação romana da freguesia.

D. Afonso Henriques doou em 1135 a Igreja de S. Félix de Belínio, com todos os direitos que lhe pertenciam ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes.

Mais tarde, nas Inquirições de 1220, Belinho é mencionado como "freguesia de Sanfins de Belio", sendo o orago conhecido como "Sancto Felice". Nas Inquirições de 1320, a freguesia recebe o nome de "Ecclesia Sancti Felicis de Belin" e o orago "Sancti Fiis". Em 1400, esta surge com o nome de "San Fizz de Belinho" e, em 1528, de "S. Finz de Velinho", anexado ao Cabido de Braga.

É em 1749, após as Inquirições, que surge a designação atual do orago e respetiva denominação da freguesia: S. Pedro Ad- Víncula Fins de Belinho.

Nas "Memórias Paroquiais de 1758" verifica-se que Belinho integrava o "termo da Villa de Barcelos, aonde pertence", sendo que só na centúria seguinte passou a integrar o concelho de Esposende.

Segundo o autor Augusto Vieira, a freguesia de Belinho pertencia à Casa de Bragança, existindo ainda marcas desse facto. Exemplo dessas marcas são o escudo das armas reais e

a letra "B" que se encontram gravadas em alguns Marcos que dividem a freguesia de Belinho das freguesias ao seu redor.

Muitos destes marcos dividem as freguesias de Belinho e Mar: a Pedra Redonda, o Marco da Junqueira de Baixo, o Marco do Trigomareu, o Marco da Estrada Nacional, o Marco da Bouça Grande, o Marco da Bouça Redonda e o Marco do Nordeste da Aspara. No topo do monte, considera existir-se um marco geodésico que divide as freguesias Mar e Belinho, o "Picotinho".

Outro facto histórico que envolve a Casa de Bragança localiza-se na fronteira entre Belinho e Vila Chã (Lugar de Fontelas), onde é possível encontrar vestígios de uma mamoa grande, da qual apenas resta a superfície e que aparenta estar intata. A cerca de 200m há ainda um outro marco da Casa de Bragança. Ambos remontam ao III/II milénio a.C.

Fonte: ALMEIDA, A. MAGALHAES, I. (2024), Esposende: Naufrágio Quinhentista. Toda a História.

Em 2014 foram identificados conjuntos de madeira na costa da praia de Belinho. Com os estudos realizados e esses achados e outros que foram dando à costa, pensa-se pertencerem a um naufrágio do século XVI. Do espólio arqueológico, destacam-se mais de uma centena de pratos em liga de estanho e em liga de latão, escudelas em liga de estanho, castiçais em liga cúprica, cota d emalha, um machado em ferro com cabo de madeira, pelouros de diverso calibre em pedra, bem como fragmentos de madeira e metal, revestidos a couro.

A freguesia de S. Paio de Antas situa-se no extremo norte do concelho de Esposende. Não existem grandes referências sobre a historia desta freguesia, no entanto foi possível aferir que como património cultural e edificado, a freguesia de Antas possui a igreja Paroquial com 800 anos de história e respectivo cruzeiro, a Capela de Santa Tecla, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, a Casa de Belinho, a Quinta Velha, o Menir (Monumento Nacional).

O Menir de São Paio de Antas, situado nas imediações de um castro, no cimo de uma pequena elevação e a cerca de três km do mar, este menir granítico, de secção quase circular, terá sido erguido entre o Neolítico Final e o Calcolítico (3.º milénio a. C.). De forma claramente fálica, este monumento megalítico possui cerca de um metro e setenta centímetros a partir do solo, e um metro e meio no seu maior diâmetro, ou seja, ao nível da sua base.

Estão ainda identificados 9 sitios arqueológicos na base de dados do Endovelico:

- Agra do Relógio, villa romana
- Alto da Ponte, vestígios de superfície de cronologia romana
- Cidade de Belinho/Cidade de Belinho, povoado fortificado da idade do Ferro.
- Lugar do Monte, necrópole do Calcolítico e bronze final
- Monte provavelmente um castro romanizado;
- Monte 1, Monumento megalítico do período Neo-calcolítico;
- Monte 2, Monumento megalítico do período Neo-calcolítico

- Outeiro da Serra, Monumento megalítico do período Neo-calcolítico;
- Pereira, Anta /dolmen do período Neo-calcolítico

Freguesia de Castelo do Neiva: fonte <https://www.jf-castelodoneiva.com/a-freguesia/historia>

A freguesia de Castelo do Neiva, remonta a pelo menos à pré-história evidenciada, por exemplo, pela Mamoa de Gândara. Ao longo do tempo, o território foi sendo ocupado, com destaque para o castro de Monte da Guilheta da idade do Ferro. Este castro apresenta uma forte romanização, com vestígios de cerâmicas de importação e objetos de bronze, como capacetes e copos, além de moedas da época do Imperador Augusto.

Um dos marcos mais importantes da freguesia é o Monte do Castelo, onde existiu um castelo medieval que foi a sede da Terra de Neiva.

Durante a Idade Média, o Castelo de Neiva foi de grande importância estratégica. Foi, por exemplo, um dos locais de preparação para a Batalha de S. Mamede (1128), que foi crucial para a independência de Portugal. No entanto, o castelo entrou em declínio no século XV, após a reorganização administrativa e o envolvimento da região na oposição a D. João I durante o conflito da crise dinástica. Esse declínio resultou na total desativação do castelo, na primeira metade do século XV.

Historicamente, a freguesia de Castelo do Neiva era conhecida como Neiva ou Castelo e foi parte da Terra de Neiva, inicialmente sob o padroado real. Mais tarde, em 1307, passou a ser abadia da apresentação dos arcebispos de Braga, com essa mudança confirmada por D. Dinis. A freguesia foi citada nas Inquirições de 1220 e 1258, onde já se referia como Paróquia de Santiago de Neiva. Em 1320, durante a taxação das igrejas, Santiago de Neiva foi avaliado em 120 libras, e, no final do século XV, o rendimento da freguesia era de 20 libras (aproximadamente 520 réis).

Durante o reinado de D. João I, a freguesia passou a ser conhecida como Castelo do Neiva, e fez parte do concelho de Barcelos até o início do século XIX, quando foi incorporada ao concelho de Viana do Castelo.

No âmbito deste estudo foram consultados diversos sites e cartas de PDM relacionados com o património arqueológico e arquitetónico na AE.

Foi consultado o site <http://www.monumentos.gov.pt/> de forma a averiguar o Património Arquitetónico existente na AE.

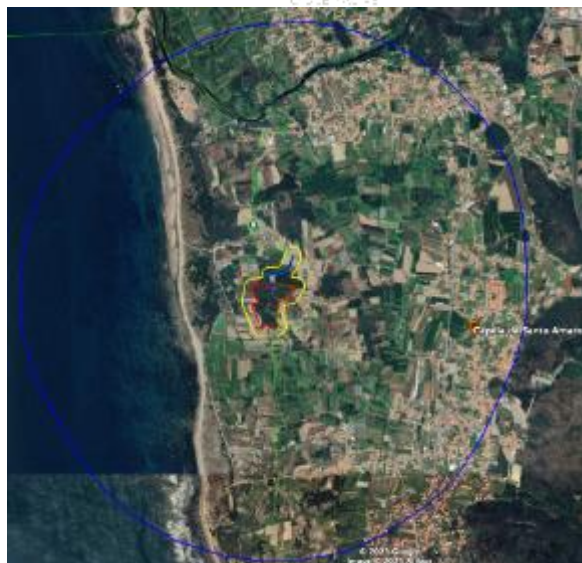


Figura 3– Património Arquitetónico existente na AE no site <http://www.monumentos.gov.pt/>. A vermelho a AID, a amarelo a AII e a azul a AE. Data da imagem do site Google Earth Pro 23.06.23

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (FREGUESIA/COORDENADAS)		PROTEÇÃO LEGAL	CRONOLOGIA	DESCRIÇÃO
Capela de Santo Amaro	Arquitectura religiosa, vernacula	Belinho e Mar	41.5936698 913574 - 8.78356361 38916	Inexistente		Planta longitudinal de massa simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada com embasamento de cantaria. Fachada principal com cunhais apilastrados coroados por pináculos piramidais, terminada em empena encimada por sineira. Portal de verga recta, com moldura, encimada por janela quadrangular

Tabela 21 Património Arquitetónico existente na AE no site <http://www.monumentos.gov.pt/>

Foram consultadas as cartas de ordenamento do concelho de Esposende e de Viana do Castelo. A imagem do PDM de Viana do Castelo é em ficheiro kmz.



Figura 4—Excerto da Planta Património Arqueológico-r04-planta_A PDM Esposende da AE. A Vermelho a AID e a Linha a azul corresponde à AE. Não é possível identificar a data da imagem

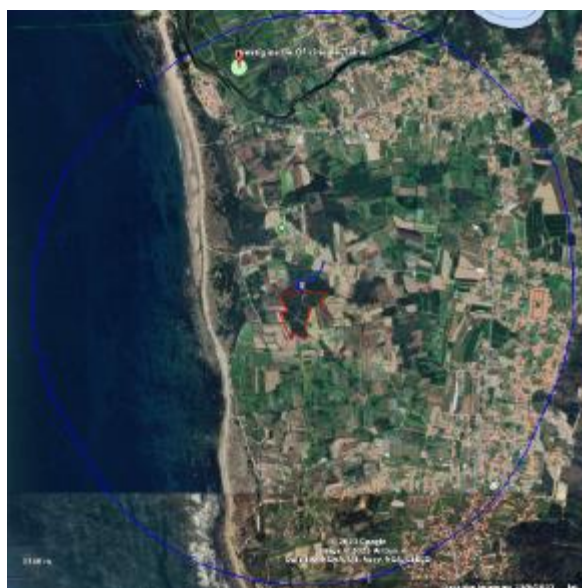


Figura 5—PDM de Viana do Castelo da AE. A Vermelho a AID e a Linha a azul corresponde à AE. Data da imagem do site Google Earth Pro 23.06.23.

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			PROTEÇÃO LEGAL	DECRETO	
						HOMOLGAÇÃO	ZEP (ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)
1.6 Instrumentos Líticos	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.605930 -8.797349			
3.6 Salinas de Sublago; Instrumentos Líticos de Sublago. Lugar de sublago	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.591020 -8.804157			
1.12 Belinho necrópole proto-histórica	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.600435 -8.783428			
1.13 Ocupação romana	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.600705 -8.780481			
3.3 Túmulos Monolíticos	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.588633 -8.782679			
3.2 Instrumentos líticos	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.586711 -8.788207			
3.7 Salinas de Lontreiras, instrumentos lítios de Lontreiras	Arqueológico	Esposende	UF de Belinho e Mar	41.583531 -8.803824			
Vestígios de Oficina de Talhe	Arqueológico	Viana do Castelo	Castelo do neiva	41,609062 -8,803728			

Tabela 22 Condicionantes identificadas nas cartas de ordenamento do PDM de Esposende e Viana do Castelo

Foi ainda consultada a base de dados <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários5 da autoria de Pedro Soutinho. Foi identificado dentro da AE o Itinerário Barca do Lago – Caminha (XXXIII m.p.).

“Depois de cruzar o rio Cávado, a via continuava a nascente de Esposende pela travessa da Tomadia até ao lugar do Viso, onde vencia a m.p. XXXII (atualmente cortada pelo IC1), reaparece no lugar do Marco (m.p. XXXIII), passando por São Roque, na base do Monte Faro, seguindo o trajecto da «Estrada Real» pela base do importante Castro de São Lourenço que vai cruzar a ribeira do Peralta junto a Abelheira (marginado uma possível mutatio junto da Igreja Paroquial de Marinhas e rua de Cancelinho e rua da «Estrada Velha»); continua na «Estrada Real» pela base da Capela da Sra. Paz, por Rio de Moinhos e Lugar de Cima e Rua Marco do Rei), Outeiro (m. p. XXXVII; continua pela rua Padre Almeida), Belinho (m.p. XXXVIII; passa junto da villa da Casa do Belinho, seguindo a antiga «Estrada Real» por Trelopaço, Santo Amaro e Estrada, na base do povoado da Cidade de Belinho), continuava depois entre a provável mutatio do do Alto da Ponte e a necrópole da villa tardo-romana no Casal da Agra do Relógio, cruzando o rio Neiva na desaparecida «Ponte Velha», na base do Castro Romanizado de moldes / Monte da Guilheta / Monte do Castelo, actual freguesia de Castelo do Neiva (m. p. XL; espólio na JF; ara aos Iari viales(?) na igreja paroquial; necrópole junto da Capela de Ns. de Guadalupe; povoado romano na margem direita do rio; continua por Santiago, Convento de São Romão/Sra. do Castro), Chafé (m.p. XLIII; por «Estrada Velha», Ribeira e Noval), Anha (m.p. XLIV; por Barroco, Paço, Igreja e São João), Darque (m.p. XLVI; tégula na Quinta do Carteador; contorna o Castro do Alto do Galeão/Faro de Anha, atalaia para controlo da foz do Lima, e desce em linha recta pela Escola C+S, «Fiação Rosa» e «Alminhas» até ao Cais e Capela de São Lourenço, provável mutatio junto desta travessia do rio Lima, onde apareceu tégula, uma ara votiva, silhares almofadados e fustes de colunas), Viana do Castelo (m.p. XLVI na base da Citania de Santa Luzia, também conhecida por «Cidade Velha»), Lugar do Meio (m.p. XLIX; segue a nascente dos vestígios romanos da Igreja, cruza a ribeira do Pêgo na base do castro homónimo, onde vencia a m.p. L), Carreço (m.p. LXII na base do Castro da Corôa, seguindo por Louvado e Garita), Troviscoso (junto da Eira de São João, continuando por Caneja, cruza a linha férrea e segue junto da Igreja Paroquial de Carreço, Estação e Paçô, pela rua dos Pinheirais; pias salineiras na Praia de Fornelos; tesouro em Gândara), Afife (m.p. LV; passa próximo da villa das Baganheiras, próximo da linha férrea, continua pela Sra. da Lapa, cruza o rio de Cabanas, a ponte actual substitui uma anterior que ruiu nos anos 30/40 do séc. XX, e daqui por Loureiro e Sobreira, passava junto do Castro de Santo António, seguindo depois entre o Castro do Cútero e a importante Cidade de Afife / Âncora no Monte da Suvidade, havendo vestígios da calçada na vertente nascente do castro; inscrição do lapidário pelcius no NAIAA, Santa Maria de Âncora (m.p. LVI; ; junto ao Forte do Cão, no Pinhal da Gelfa, há salinas romanas; continua talvez pela rua da Cidade e do Socorro, por Barreiros e Laje, onde há restos de calçada). Depois de cruzar o rio Âncora (m.p. LVII), seguia junto da Anta da Barrosa, percorrendo depois a linha de costa até Caminha, passando em Retorta (m.p. LVIII), Pardinheiros (m.p. LIX), Prado, Moledo (m.p. LXI) e finalmente Caminha (m.p. LXIII junto ao cais; castro romanizado do Coto da Pena, em Venade)”<http://viasromanas.pt/>



Figura 6– <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal na AE. A Vermelha a AID e a Linha a azul corresponde à AE. Não é possível identificar a data da imagem do site

Não foram identificados Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional dentro da AE.

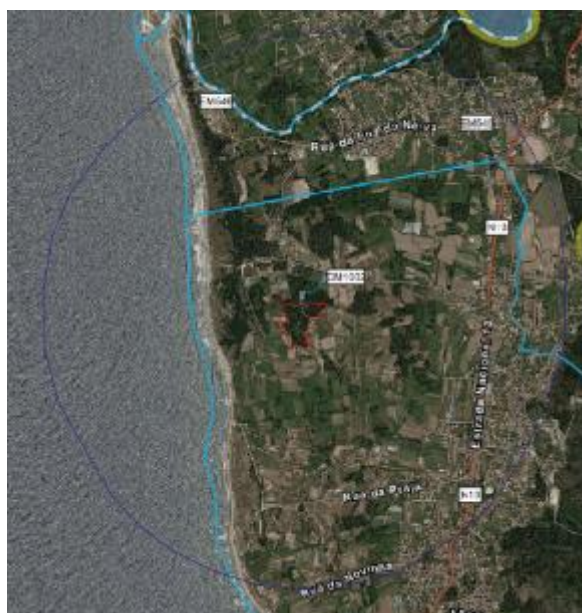


Figura 7– www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm Imóveis classificados/em vias de classificação. A Vermelha a AID e a Linha a azul corresponde à AE. Não é possível identificar a data da imagem do site

Na tabela 23 são indicados os locais arqueológicos que constam na base de dados “Endovéllico”, da AE



Figura 8– <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Sítios arqueológicos identificados na base de dados do *Endovéllico*. A Vermelho a AID e a Linha a azul corresponde à AE. Não é possível identificar a data da imagem do site

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	M EI O	ACESSO	ESPOLIO
Lugar do Outeiro	Estação de Ar Livre	Esposen de	Belinho e Mar	41.586735 -8.787631	Paleolítico e Neolítico	38067	Segundo o PDM de Esposende (1994) esta ocorrência arqueológica localiza-se nos "terrenos agrícolas que marginam o caminho camarário n.º 1794, que faz a ligação da estrada nacional n.º 13 com a praia. Assentam sobre areias e cascalheiras que provêm de um antigo terraço marinho ou de deslocamentos coluviais provenientes de terraços situados mais no interior. Aqui têm aparecido instrumentos líticos entre os quais se destacam, pelo seu número, aqueles que genericamente têm vindo a ser designados por picos asturienses." Nos trabalhos de prospecção realizados em 2013 foi possível constatar a presença de vários seixos dispersados pelos campos agrícolas, tendo sido possível identificar um biface e um seixo com vestígios de talhe	T	EN13, junto ao Km 50+700	

Tabela 23 Sítios arqueológicos identificados na base de dados do *Endovélico*

ANÁLISE TOPONÍMICA

Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.

Na pesquisa documental da AE foi usada a carta militar 54. Foi identificado um topónimo que pode evidenciar a presença de um sítio arqueológico:

Laje, topónimo geralmente associado a vestígios megalíticos.

ANÁLISE FISIAGRÁFICA

Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

A área em estudo é caracterizada por ser uma zona de plana, junto à costa litoral. O solo é constituído essencialmente por areias. No entanto a vegetação é bastante densa, com algumas árvores entre a vegetação. A AID é atravessada por uma linha de água, se bem que seca. Existem alguns caminhos de terra batida que levam a zonas agrícolas na AII.

Como se pode concluir pela análise fisiográfica dos últimos 20 anos recorrendo a imagens do Google Earth Pro, a AID manteve-se praticamente com o mesmo coberto florestal.



Figura 9– Google Earth Pro imagem de 07.06.21. A vermelho a AID e a amarelo a AII

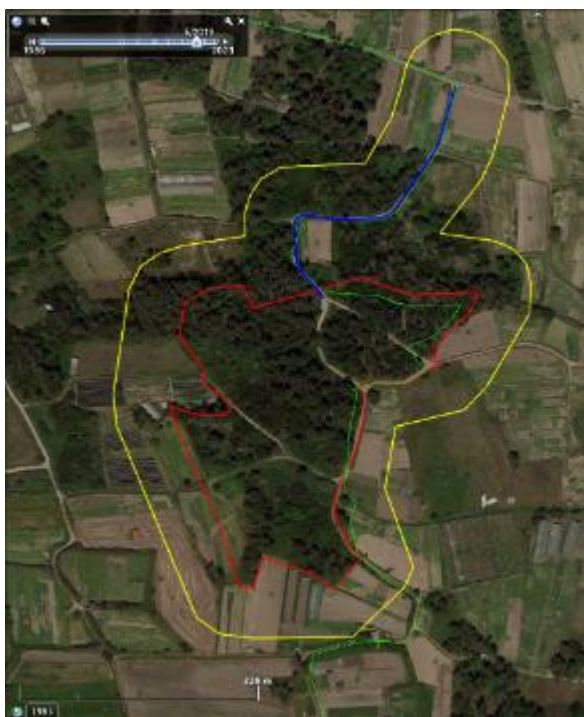


Figura 10– Google Earth Pro imagem de 03.05.19. A vermelho a AID e a amarelo a AII

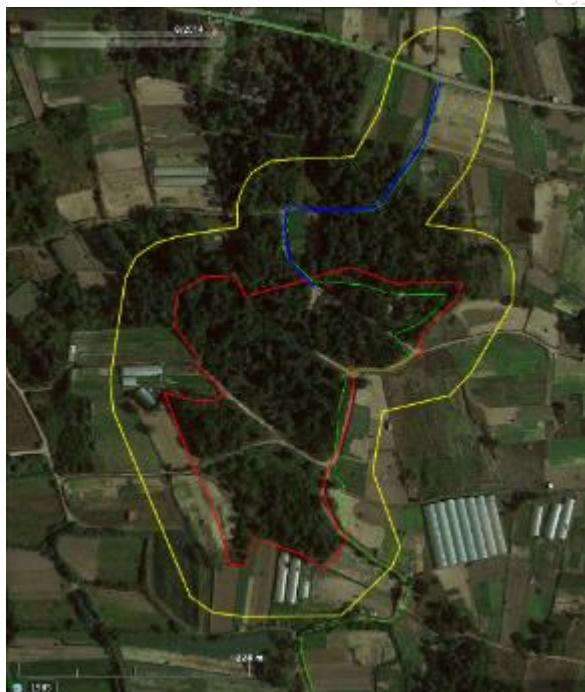


Figura 11– Google Earth Pro imagem de 17.08.14. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 12– Google Earth Pro imagem de 09.08.10. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 13– Google Earth Pro imagem de 30.10.06. A vermelho a AID e a amarelo a AII



Figura 14– Google Earth Pro imagem de 22.09.02. A vermelho a AID e a amarelo a AII

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Decreto-Lei n.º 164/2014 – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à CCDR.

Os trabalhos de campo foram realizados no dia 12 de Setembro de 2024 e 23 de Janeiro de 2025, sendo que as condições meteorológicas eram adequadas para a batida de campo.

A visibilidade do terreno, no geral era nula devido ao coberto vegetal ser demasiado denso, mesmo para conseguir movimentar à vontade dentro da AID. As únicas zonas onde a visibilidade era parcial correspondem a zonas de cultivo e 95% localizam-se na AII. As condições meteorológicas eram adequadas para a realização da prospeção (VER ANEXO IV, DESENHO 12).

Pode-se ainda indicar que a realidade encontrada na prospeção corresponde quase sempre às imagens do Google Earth com data de 23.06.23 (VER ANEXO IV, DESENHO 12).

Da análise fisiográfica durante a prospeção arqueológica não foram identificados vestígios inéditos.

Foi efetuada prospeção sistemática da totalidade do terreno (área de incidência direta e indireta do projeto), sempre que a densidade da vegetação o permitisse. Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (50m).



Figura 15– Google Earth Pro, imagem de 23.06.23. Progressão no terreno da prospeção com o apoio fotográfico. A vermelho a AID e a amarelo a AII

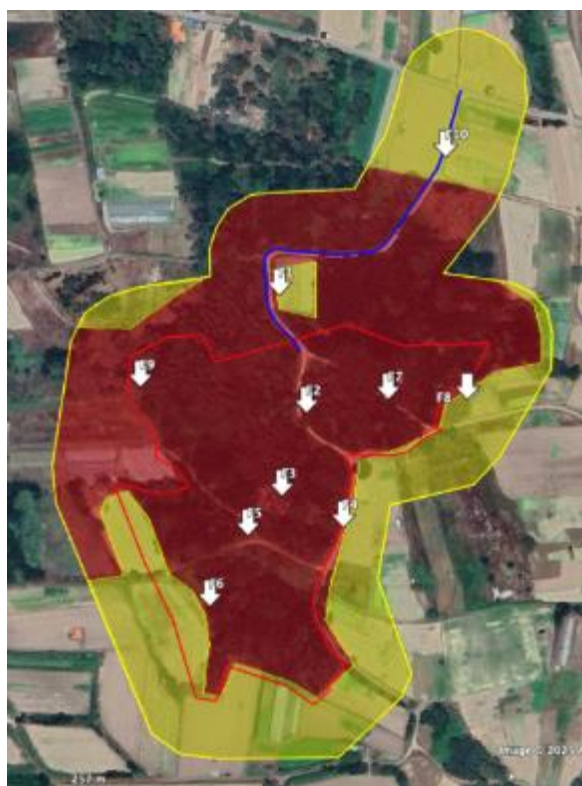


Figura 16– Google Earth Pro, imagem de 23.06.23. Visibilidade do terreno. Linhas amarelas correspondem às AII e as linhas vermelhas às AID. Mancha a vermelho – visibilidade nula, mancha a amarelo – visibilidade parcial, mancha a verde – visibilidade boa.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

RESULTADOS - SÍNTESE

Ocorrências Patrimoniais Identificadas

Neste estudo não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais (OP) dentro das áreas de incidência direta (AID) e indireta (AI) do Projeto.

Medidas de Minimização de Impacte

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência Patrimonial;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

Avaliação de Impacte

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: "Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras".

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Parque de Campismo de Belinho” teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitetónico, que pudessem vir a ser afetados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projeto e da sua envolvente.

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a um concelho que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do litoral norte de Portugal.

No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da AID e AII.

Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras.

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

- Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.

- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.
- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.
- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.
- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospeção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MOREIRA DA MAIA,
JANEIRO DE 2025**

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1998) – Esposende, A Terra e o Homem. Anégia Editores.
- ALARCÃO, J. de (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol. Vol. 1: Introduction. Vol. 2 (fasc. 1): Porto, Bragança, Viseu. Vol. 2 (fasc. 2): Coimbra, Lisboa. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.
- ALMEIDA, A., MAGALHAES, I. (2024), Esposende: Naufrágio Quinhentista. Toda a História
- ALMEIDA, C. A. B. (1990), Protohistória e romanização da bacia inferior do Lima. In Estudos Regionais. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 78.
- ALMEIDA, C. A. B. de (1986), Carta Arqueológica do Concelho de Esposende. In Boletim Cultural de Esposende. Esposende.
- ALMEIDA, C. A. B. (1998), Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho Esposende. In Boletim Cultural de Esposende. Boletim Cultural de Esposende Nº 20.
- ALMEIDA, C. A. B. e ALMEIDA, P. M. D. Brochado de (2009), Sítios que fazem história. Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo. Da Idade Média à Actualidade. Ed.1, 1 vol. Viana do Castelo: CM de Viana do Castelo.
- BATISTA, A. M., JORGE, V. O. e GONÇALVES, A. A. H. B. (1986), Menir de S. Bartolomeu do Mar (Esposende). In Boletim Cultural da Câmara Municipal de Esposende. Esposende
- MARTINS, A. CASTRO, F. (2017), BELINHO 1: Registo e Análise Provisória às Madeiras do Navio. In Árvores, barcos e homens na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII). Instituto de Arqueologia e Paleociências da U.N.L. e Autores
- NEIVA SOARES, F. (2001), Memórias S. Bartolomeu do Mar. Edição do autor.]
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (1994) - Megalitismo do Norte de Portugal: O litoral minhoto. In Actas do Seminário sobre o Megalitismo do Centro de Portugal. Viseu: Centro de Estudos PréHistóricos (Estudos PréHistóricos, 2)

ENQUADRAMENTO LEGAL

- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01*, 209/01 SÉRIE I-A, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)
- DGPC, Circular de 29 de Março de 2023, *Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Arqueológico em Avaliação de Impacte Ambiental*;
- DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;
- DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.
- DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

CARTOGRAFIA

“Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 54.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET

www.earth.google.com (consultado a 17.01.25)

www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (consultado a 17.01.25)

www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 17.01.25)

www.monumentos.pt/Site/APP (consultado a 17.01.25)

www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (consultado a 17.01.25)

ANEXOS

ANEXO I – REGISTO FOTOGRÁFICO (NAS PEÇAS DESENHADAS APRESENTADAS NO ANEXO V APRESENTA-SE O PONTO DE LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS, DESIGNADAS DE FX, ONDE O X CORRESPONDE AO NÚMERO DA FOTOGRAFIA RESPECTIVA E IDENTIFICADA ABAIXO.)



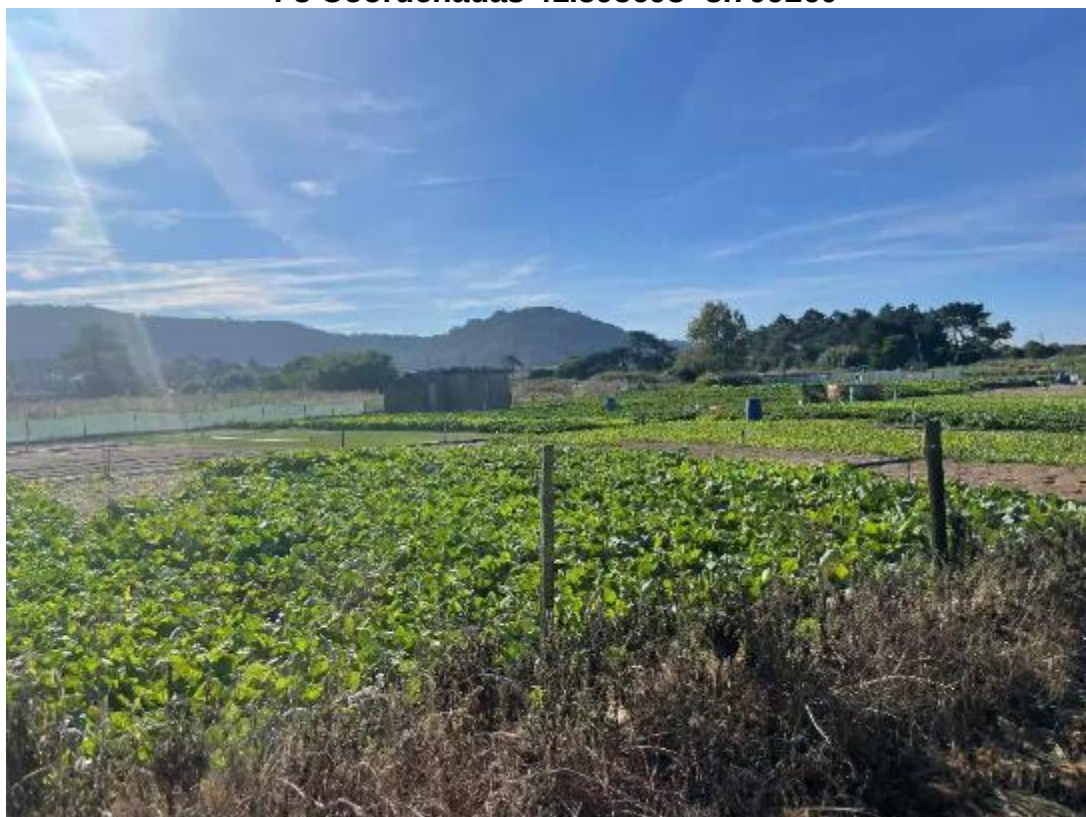
F1 Coordenadas 41.597132 -8.799286



F2 Coordenadas 41.596291 -8.799026



F3 Coordenadas 41.595698 -8.799260



F4 Coordenadas 41.595475 -8.798675



F5 Coordenadas 41.595416 -8.799585



F6 Coordenadas 41.594911 -8.799949



F7 Coordenadas 41.596388 -8.798246



F8 Coordenadas 41.596388 -8.797492



F9 Coordenadas 41.596476 -8.800612



F10 Coordenadas 23.06.23 -8.797698

ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Assunto : PATA (Prospecção) - Parque de Campismo de Belinho - Esposende

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Esposende

Servidão

Administrativa :

Inf. n.º: S-2024/636710 (C.S.:1737833)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2024/03-

Data Ent. Proc.: 07/08/2024

06/903/PATA/26938 (C.S.:269291)

Diretor da Unidade de Cultura da CCDR Norte I.P., David José da Silva Ferreira a
23/08/2024

Proponho a autorização do PATA. Ao Património Cultural I.P.

DSBC/2024 - 903

CS:1737123

Servidão Administrativa: Não se aplica

O pedido de autorização em apreciação reporta-se a uma intervenção arqueológica a realizar no âmbito do Relatório do Descritor Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental do projeto "Parque de Campismo e Caravanismo de Belinho", em fase de execução, cujo promotor/requerente é Diogo Gonçalves Barrote.



Telf.: +351 226 086 300 · E-mail: geral@ccdr-n.pt · Website: www.ccdr-n.pt

Pág. 1 de 3

O EIA é da responsabilidade da AGRI-PRO Ambiente, Consultores, S.A., que se constitui como Entidade Contratante, e a Entidade Enquadrante do PATA é AFA. Arqueologia, Conservação e Restauro.

O estudo localiza-se no distrito de Braga, concelho de Esposende, U.F. de Belinho e Mar, no Lugar Sítio da Bouça do Amieiro.

O projeto para o Parque de Campismo e Caravanismo propõe a seguinte capacidade: Caravanismo- 82 lugares; Campistas em regime de tenda - 140; alojamento complementar em bungalows/glamping - 30 unidades.

O Relatório do Descritor de Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto "Parque de Campismo de Belinho" será desenvolvido em fase de projeto de execução. Referem que, apesar do ponto ii) da alínea i) do n.º 1 do art.º 7º Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro, não existe Caderno de encargos deste projeto.

Indicam ainda que apesar do ponto iii) da alínea i) do n.º 1 do art.º 7º Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro, não existem Medidas aplicáveis constantes de documentos vinculativos produzidos no âmbito de processos de avaliação de impacte ambiental para este projeto.

Este pedido de autorização reporta-se à caracterização da atual situação de referência para o descritor Património Arqueológico, Arquitetónico e Etnográfico, na área abrangida pelo projeto. Prevê iniciar os trabalhos durante o mês de setembro, após a autorização da Tutela.

O Pedido de autorização em análise, da responsabilidade do arqueólogo Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha, foi submetido via Portal do Arqueólogo no dia 06/08/2024 e recebido em 07/08/2024, encontrando-se assim devidamente instruído.

O PATA em análise apresenta um breve estudo histórico e estado atual do conhecimento existente sobre a freguesia de Belinho, indicando a metodologia a seguir no âmbito do estudo de caracterização do património nas suas vertentes arqueológica, arquitetónica e etnográfica, permitindo identificar e avaliar os impactos resultantes da implementação do projeto e nessa conformidade, indicar as medidas de minimização mais adequadas, e encontra-se em conformidade com os termos de referência para o descritor património em estudos de impacte ambiental solicitado pela tutela (Circular de 29 de março de 2023 "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental".

Face ao exposto, consideramos que o presente PATA encontra-se em condições de ser autorizado.

Deverá ser comunicada à CCDRNorte – Unidade de Cultura a data do início dos trabalhos, para efeitos de acompanhamento e fiscalização.

À Consideração Superior,

22/08/2024

A Técnica Superior/Arqueóloga

Anabela Lebre

De: Portal do Arqueólogo portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt
Assunto: RE: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo
Data: 28 de janeiro de 2025, 12:33
Para: Artur Fontinha afontinha@gmail.com

PD

Ok. Ele ficou lá anexado...

GESTÃO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO
 DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA, TERRITÓRIOS E VALORES AMBIENTAIS

SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
 RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
 4150-061 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA (ALA NORTE)
 LARGO DA AJUDA
 1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
 T. +351 213 614 200



PENSE DUAS VEZES SE PRECISA MESMO
 DE IMPRIMIR ESTE DOCUMENTO.
 PROTEJA O AMBIENTE.
[INSTAGRAM](#)

THINK TWICE IF YOU REALLY NEED
 TO PRINT THIS DOCUMENT.
 SAVE THE PLANET.
[FACEBOOK](#)

De: Artur Fontinha <afontinha@gmail.com>
Enviado: 28 de janeiro de 2025 12:30
Para: Portal do Arqueólogo <portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt>
Assunto: Re: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

Bom dia,

Agradeço a informação.

Sobre o Relatório, foi indicação da dr.ª Anabela Lebre da CCDRN anexar o relatório ao aditamento, uma vez que é sobre o mesmo que a Comissão de Avaliação quer as alterações solicitadas no despacho.

Com os melhores cumprimentos,

Artur Fontinha

No dia 28/01/2025, às 12:25, Portal do Arqueólogo <portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt> escreveu:

Boa tarde
 Os documentos serão anexados ao PATA.
 Mas o relatório deve ser remetido diretamente à CCDRN para a respectiva apreciação.
 Cumprimentos
 Jacinta Bugalhão

GESTÃO DO PORTAL DO ARQUEÓLOGO
 DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA, TERRITÓRIOS E VALORES AMBIENTAIS

SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
 RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
 4150-061 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA (ALA NORTE)
 LARGO DA AJUDA
 1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
 T. +351 213 614 200

<Outlook-kdak334m.jpg>
 PENSE DUAS VEZES SE PRECISA MESMO
 DE IMPRIMIR ESTE DOCUMENTO.
 PROTEJA O AMBIENTE.
[INSTAGRAM](#)

THINK TWICE IF YOU REALLY NEED
 TO PRINT THIS DOCUMENT.
 SAVE THE PLANET.
[FACEBOOK](#)

De: Artur Fontinha <afontinha@gmail.com>
Enviado: 24 de janeiro de 2025 11:34
Para: Portal do Arqueólogo <portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt>
Assunto: Re: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

Bom dia,

Sou pelo seguinte solicitar a inclusão do aditamento ao projeto infra e restantes documentos no Portal.

<D1_ADITAMENTO.jpg>
 <D2_ADITAMENTO.inn>

[GP24867269291_20240906193136.pdf](#)

Com os melhores cumprimentos,

Artur Fontinha

No dia 06/09/2024, às 18:31, portalarqueologo@patrimoniocultural.gov.pt escreveu:



PORTAL DO ARQUEÓLOGO

O "Portal do Arqueólogo" atualizou o estado do Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.

ARQUEÓLOGO: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

PROJETO: Parque de Campismo de Belinho - Esposende
C - ações preventivas e de minimização de impactos integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático e ações de manutenção e conservação regular de sítios, estruturas e outros contextos arqueológicos, conservados a descoberto, valorizados museologicamente ou não.

CATEGORIA:

TRABALHO: Prospeção

SUBMETIDO EM: 2024-08-06 19:33

RECEBI DO EM: 2024-08-07 10:43

DESPACHO: Autorizado

NOTAS: consultar documento anexo, sff.

Esta mensagem foi gerada automaticamente pelo Sistema de e-mail do Portal do Arqueólogo.

© PC, IP 2024

[<GP24867269291_20240906193136.pdf>](#)

ANEXO III – FICHA DE SÍTIO

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Parque de Campismo de Belinho

Distrito

Braga

Concelho

Esposende

Freguesia

UF de Belinho e Mar

Lugar

Belinho

C.M.P. 1:25.000 folha n.º

54

Altitude (m)

Coordenada X

41.596284

Coordenada Y

8.799672

Tipo de sítio *

Indeterminado

Período cronológico *

Indeterminado

Descrição do sítio (15 linhas)

A proposta do Parque de Campismo e Caravanismo permite atender a vários tipos de alojamento, com as seguintes capacidades:

- Caravanismo – 82 lugares
- Campistas em regime de tenda – 140
- Alojamento complementar em bungalows / glamping: - 30 un

Tendo em conta o limite e localização do terreno, organizou-se o parque da seguinte forma:

Entrada e acesso principal no ponto central de acesso a partir da via pública, com a distribuição nesse ponto de estacionamento exterior ao Parque, com a capacidade de 14 lugares individuais.

Pelo exterior do terreno delimitado para o Parque de campismo, é cedida uma área em zonas estratégicas ao longo do perímetro, de forma a permitir garantir o acesso por parte dos proprietários dos terrenos vizinhos aos terrenos. Essa via de circulação que permite a comunicação e ligação exterior entre caminhos existentes que foram sendo criados ao longo dos anos pelos utentes dos terrenos.

Bibliografia

AA.VV. (1998) – Esposende, A Terra e o Homem. Anégia Editores.
ALARCÃO, J. de (1988), Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vol. Vol. 1: Introduction. Vol. 2 (fasc. 1): Porto, Bragança, Viseu. Vol. 2 (fasc. 2): Coimbra, Lisboa. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.
ALMEIDA, A., MAGALHAES, I. (2024), Esposende: Naufrágio Quinhentista. Toda a História ALMEIDA, C. A. B. de (1986), Carta Arqueológica do Concelho de Esposende. In Boletim Cultural de Esposende. Esposende.

Proprietários

Díogo Gonçalves Barrote

Classificação *

Decreto

Estado de conservação *

Uso do solo *

Ameaças *

Proteção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Acessos

Estrada em Terra batida

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito

-

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável

Artur Fontinha

Tipo de trabalho *

Prospecção

Datas: de início 09.09.24 de fim 28.01.25 duração (em dias) 8

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

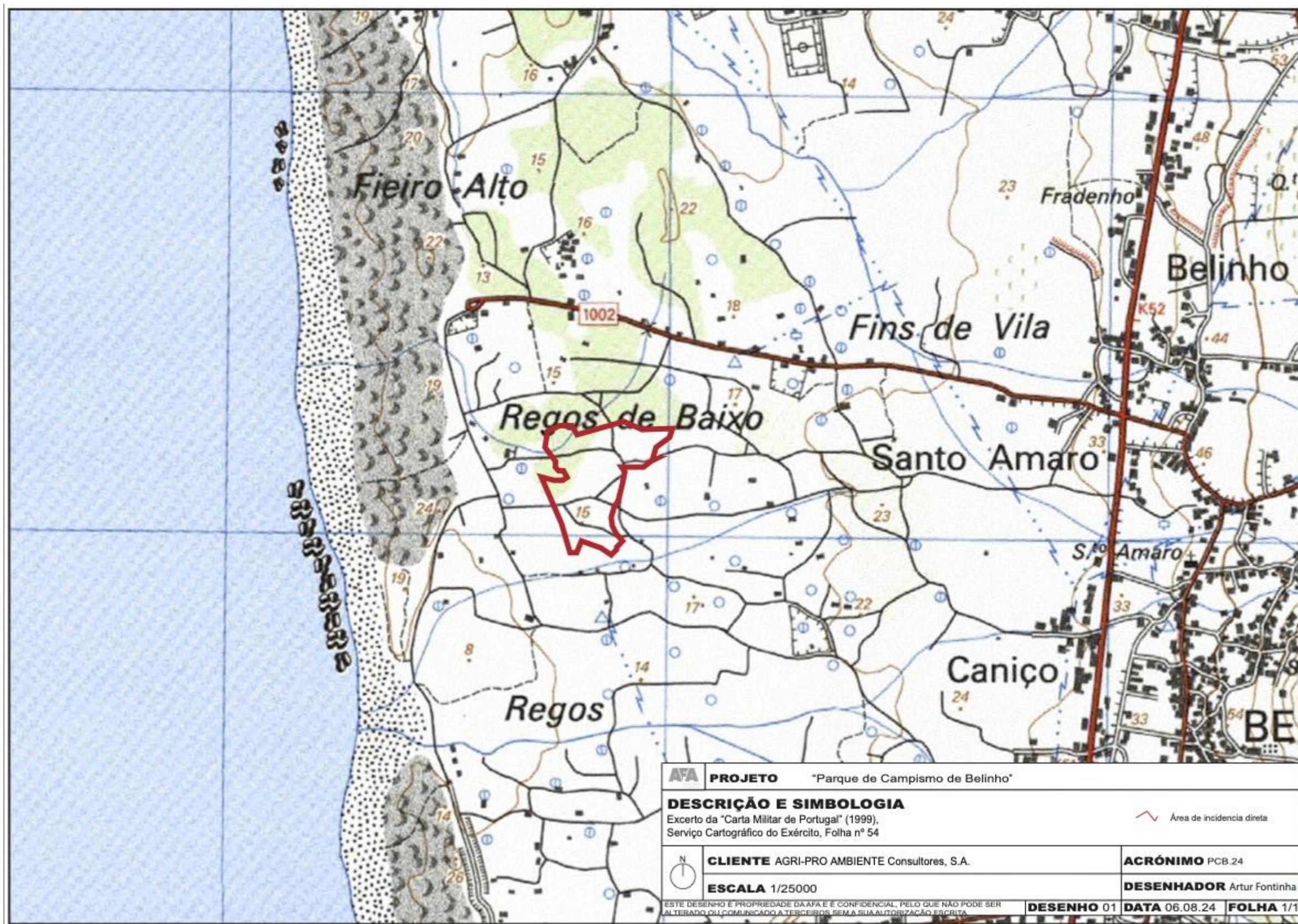
No estudo bibliográfico e de prospecção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da AID e AII.

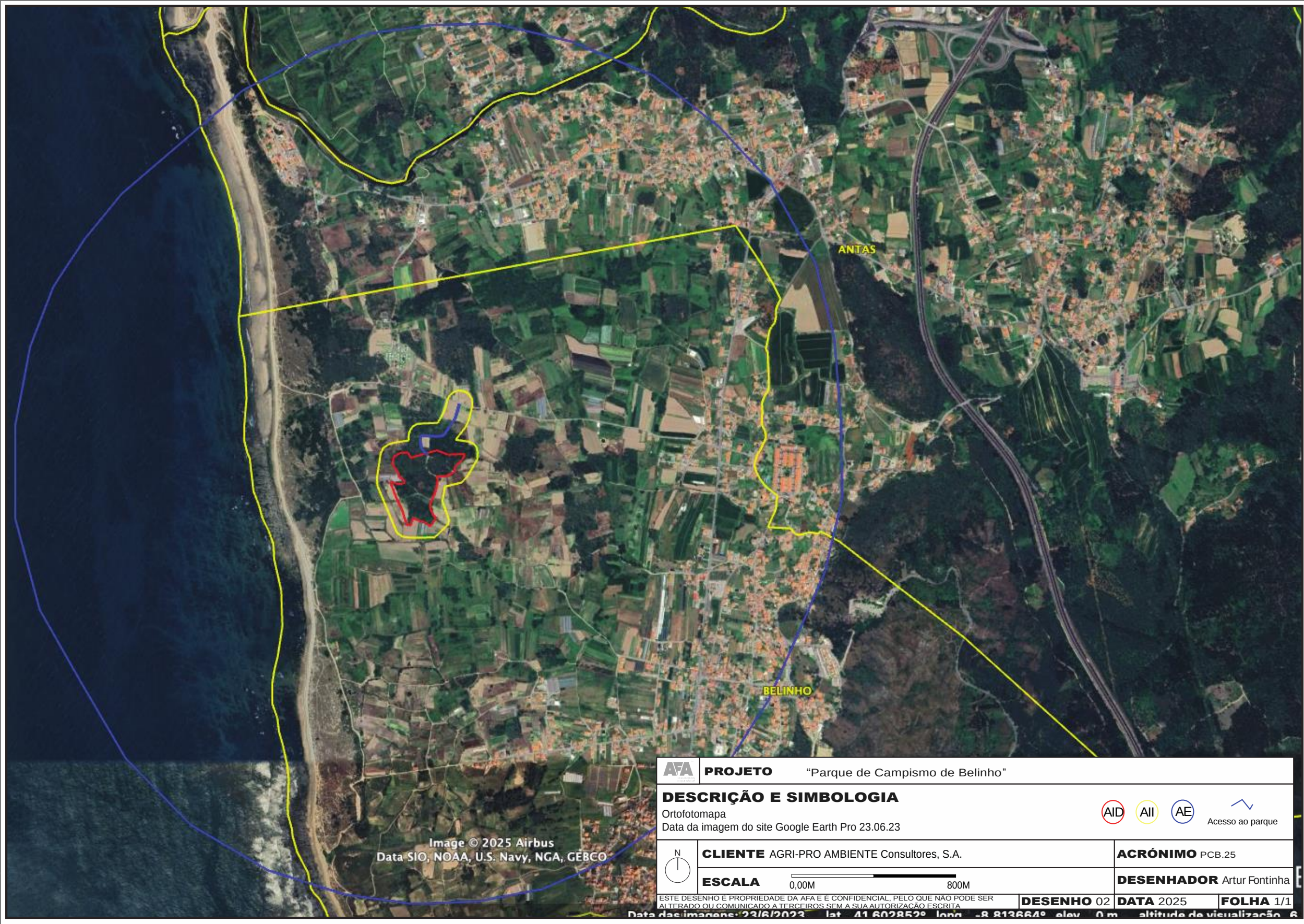
Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras.

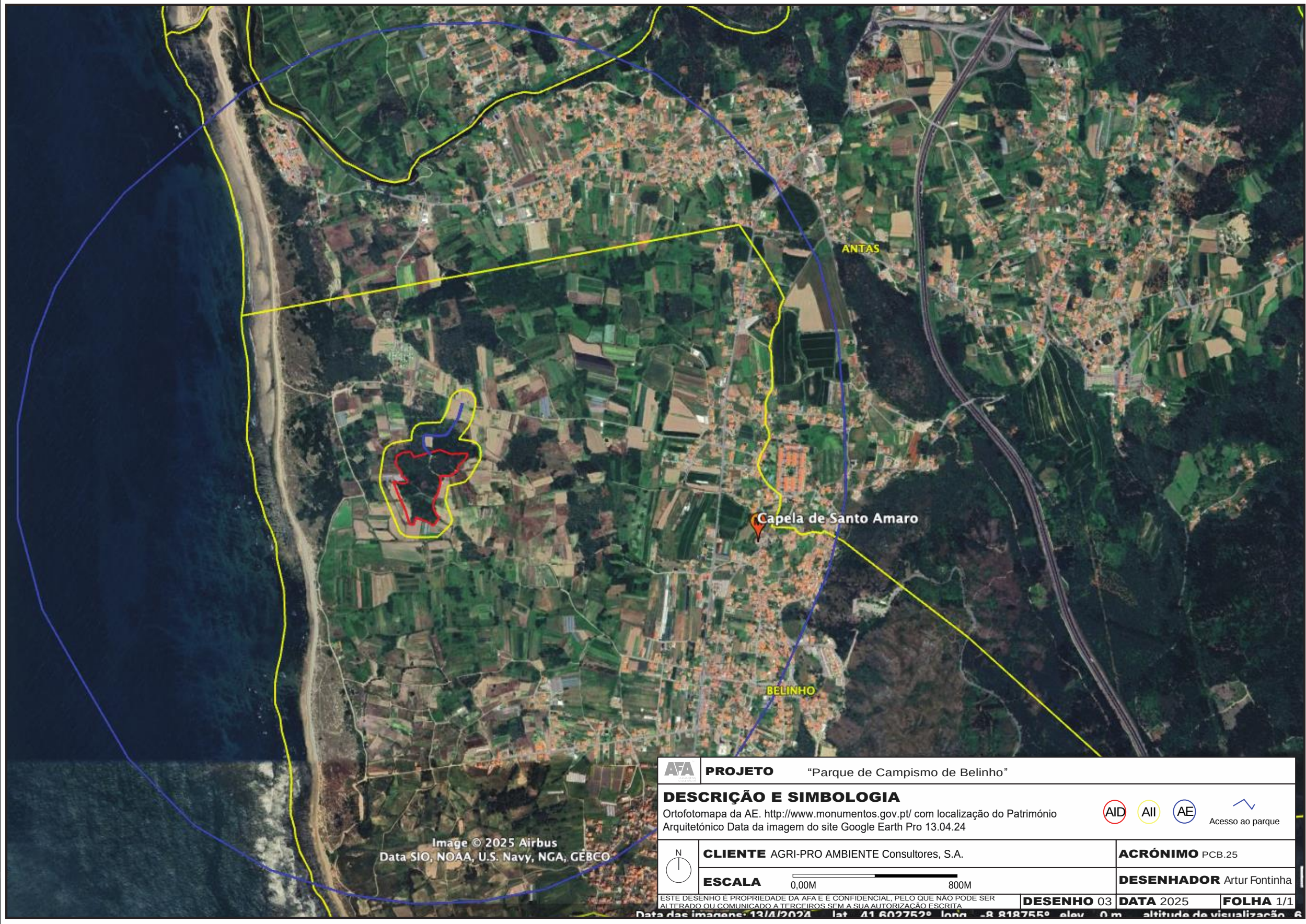
* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Pág. 2 de 2

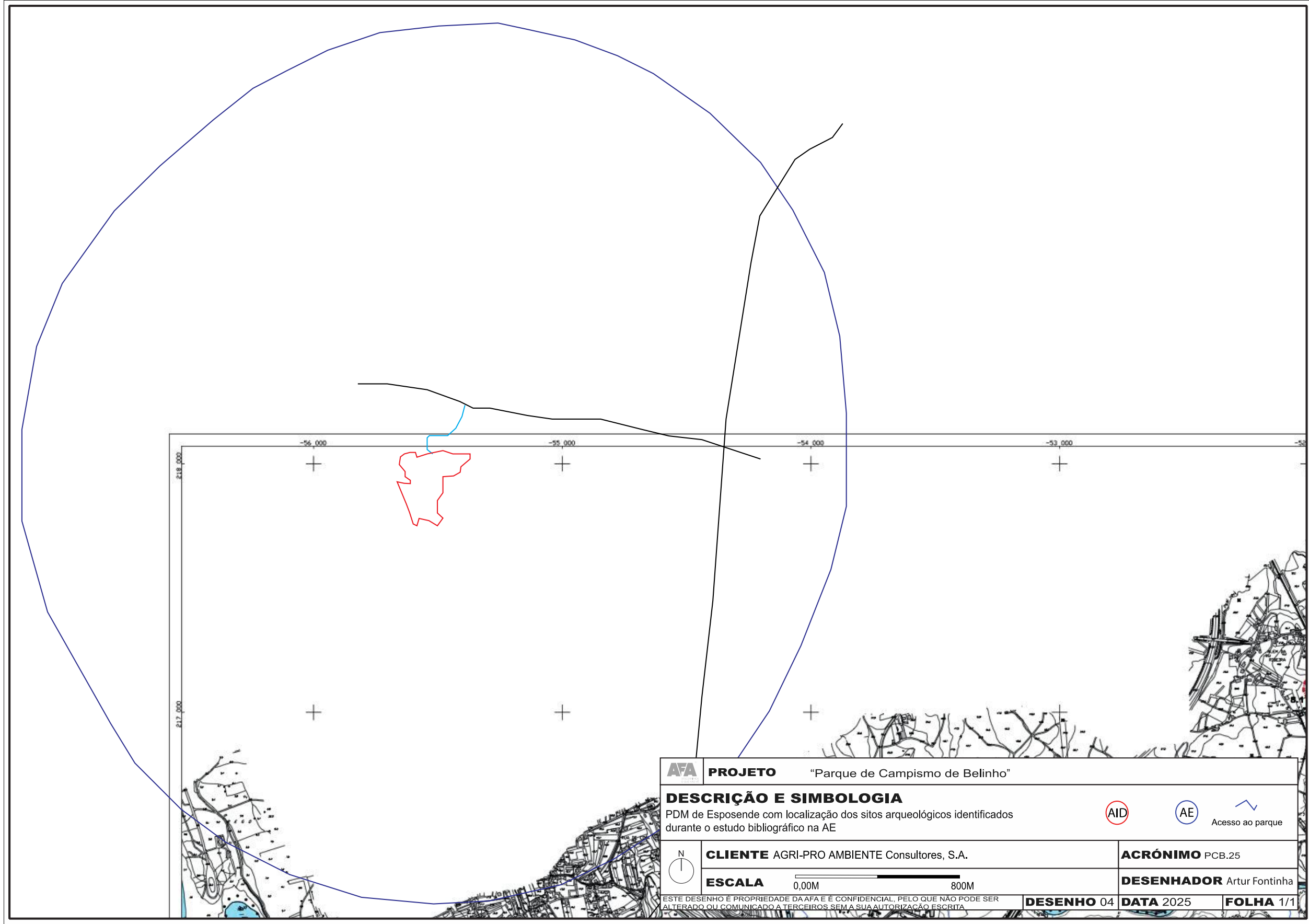
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS



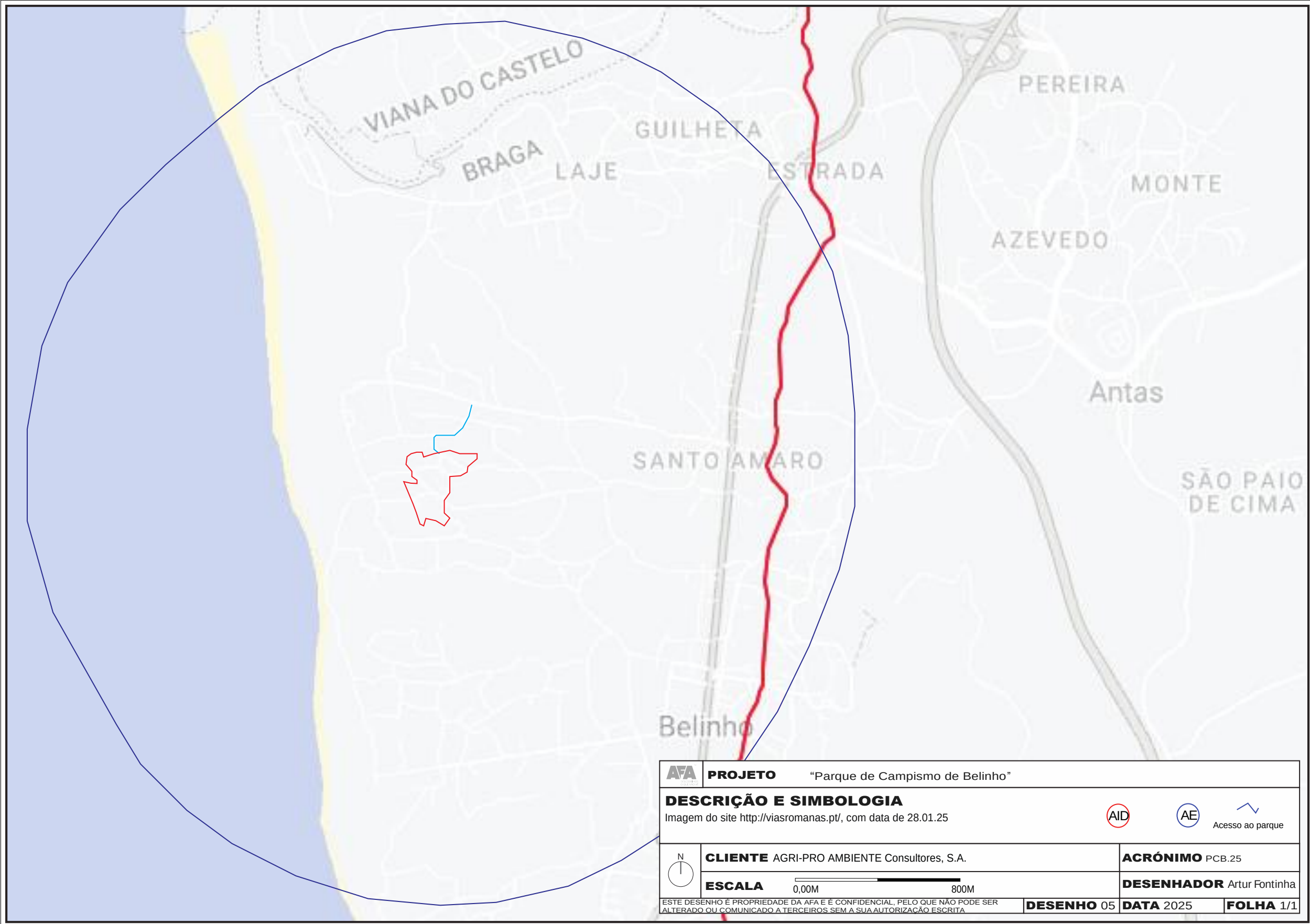




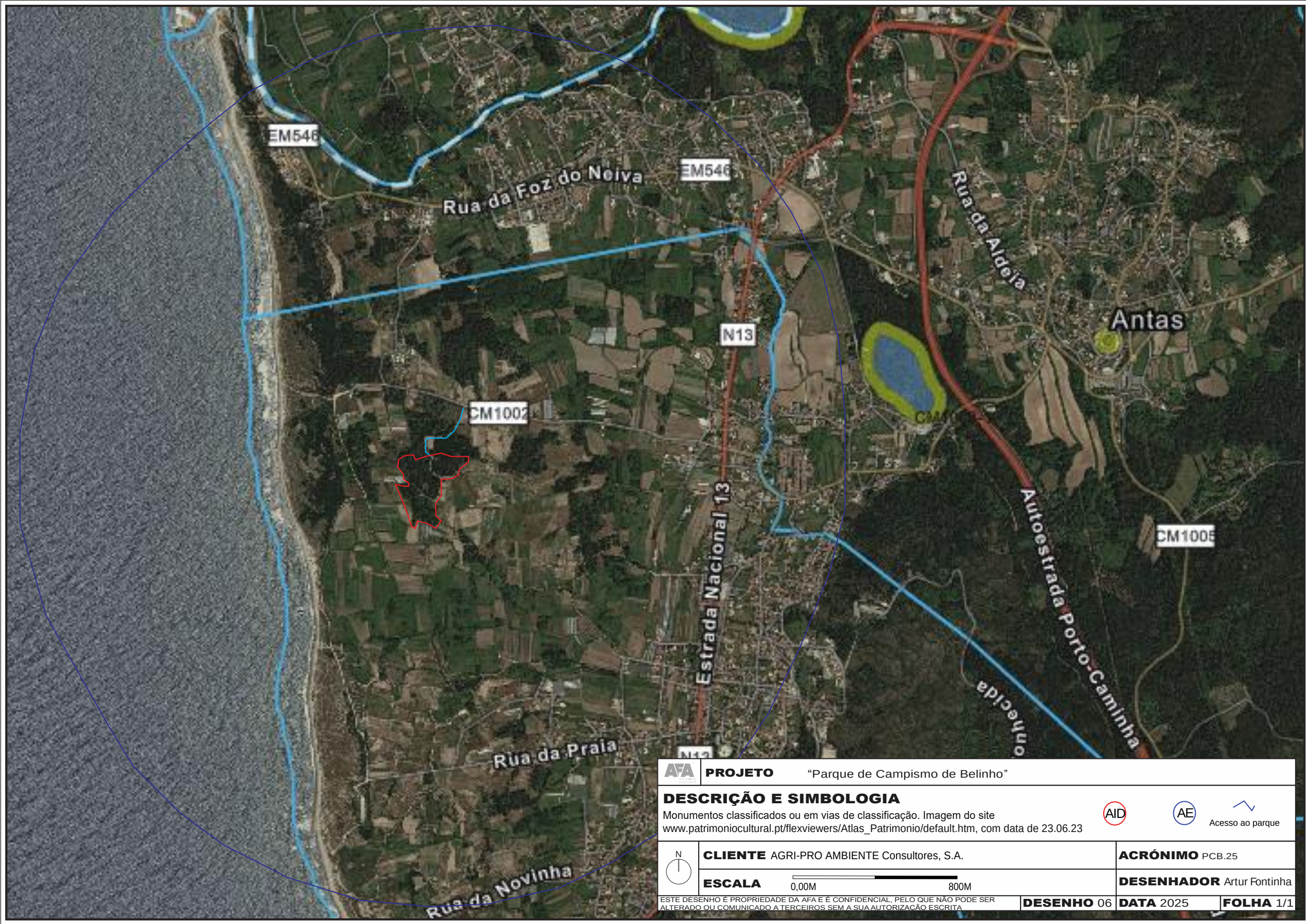
AFA Associação		PROJETO “Parque de Campismo de Belinho”	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa da AE. http://www.monumentos.gov.pt/ com localização do Património Arquitetónico Data da imagem do site Google Earth Pro 13.04.24 AID AII AE Acesso ao parque			
N	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO PCB.25
	ESCALA 0,00M 800M		DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA		DESENHO 03	DATA 2025
Data das imagens: 13/4/2024 lat 41.602752° long -8.818755° elev 0 m altitude de visualização 6		FOLHA 1/1	

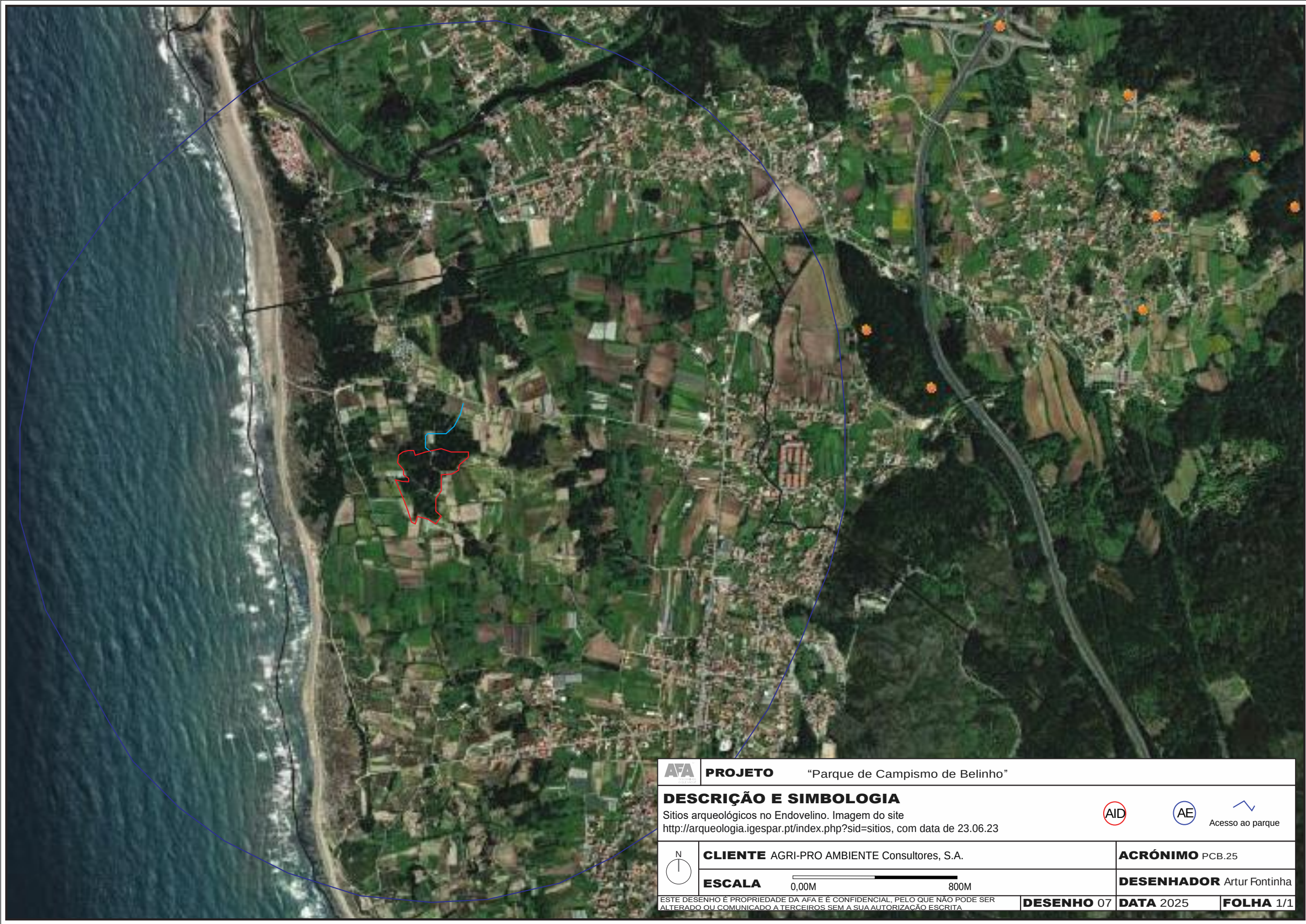


AFA	PROJETO “Parque de Campismo de Belinho”
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA PDM de Esposende com localização dos sítios arqueológicos identificados durante o estudo bibliográfico na AE	
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A. ESCALA 0,00M 800M
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA	DESENHO 04 DATA 2025 FOLHA 1/1

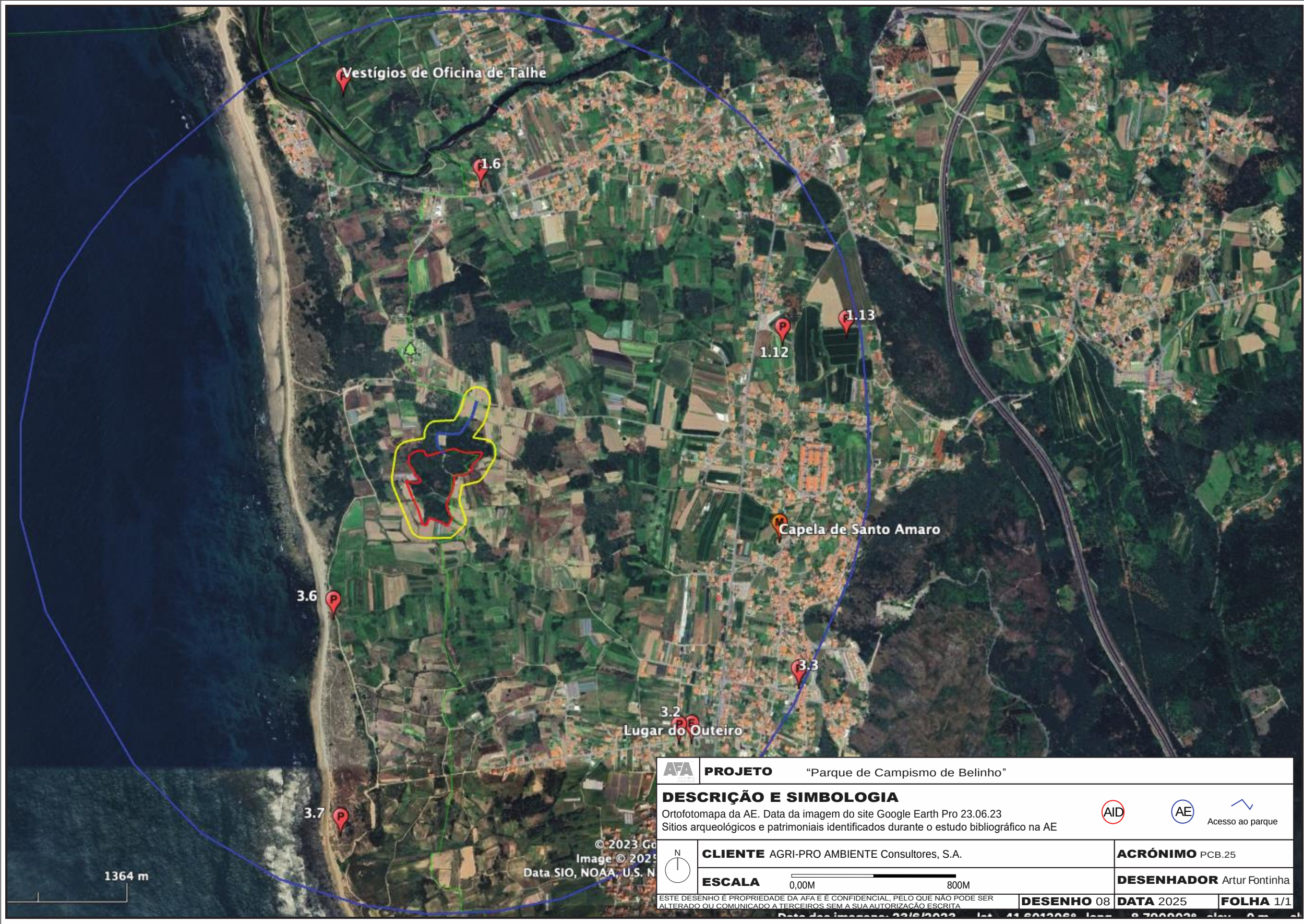


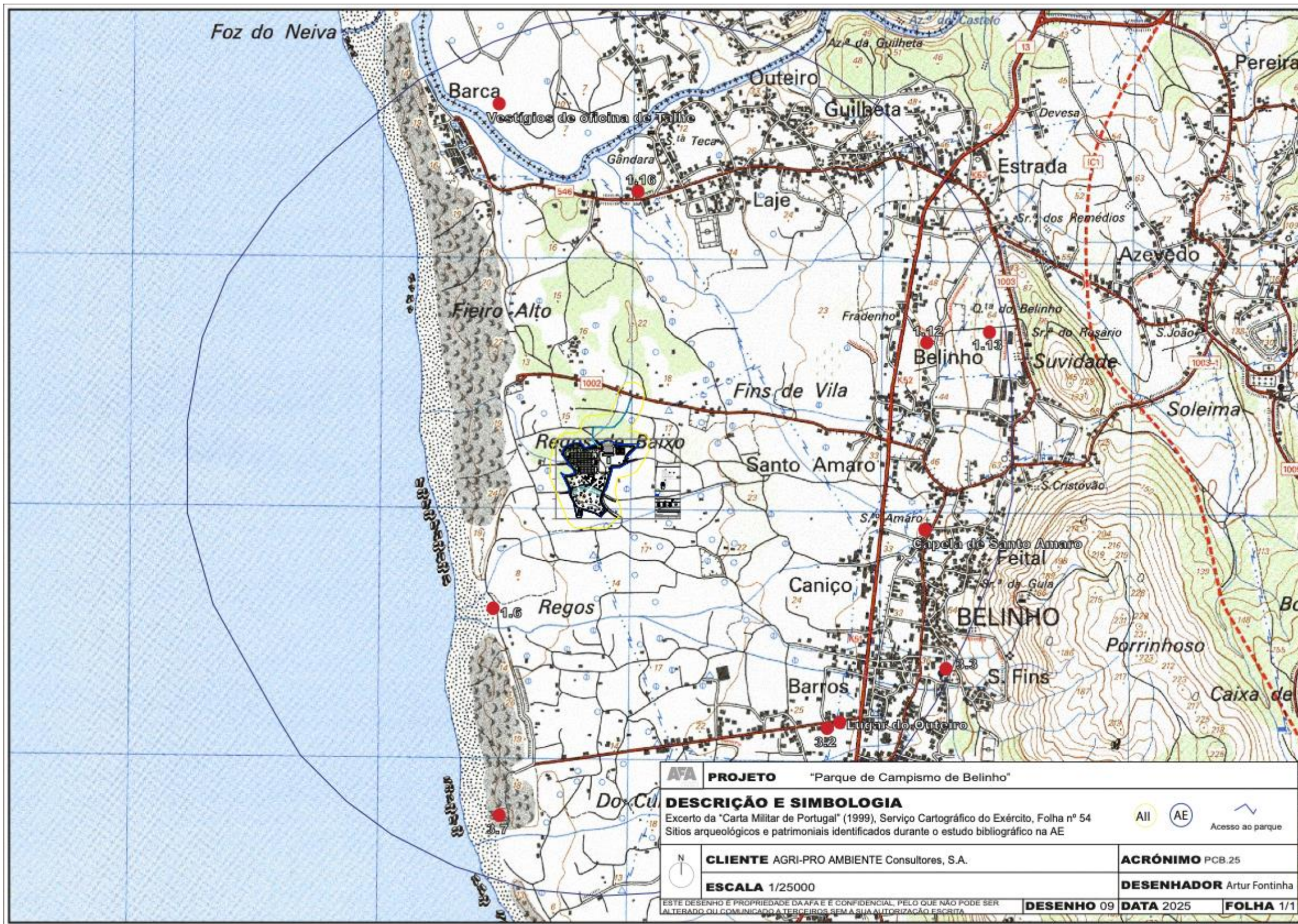
	PROJETO "Parque de Campismo de Belinho"		
	DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Imagem do site http://viasromanas.pt/ , com data de 28.01.25		
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO PCB.25
	ESCALA 0,00M 800M		DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA		DESENHO 05	DATA 2025 FOLHA 1/1

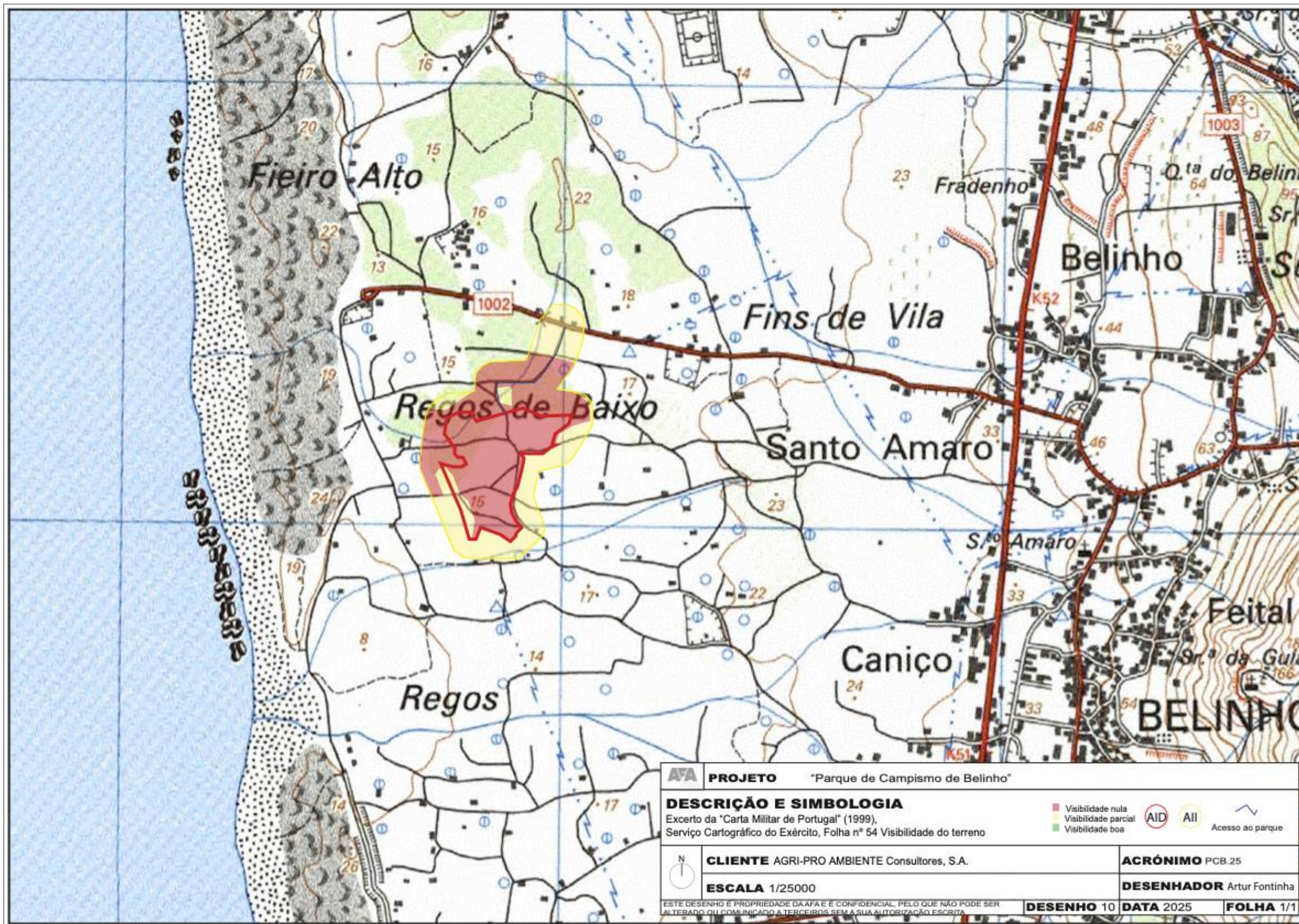


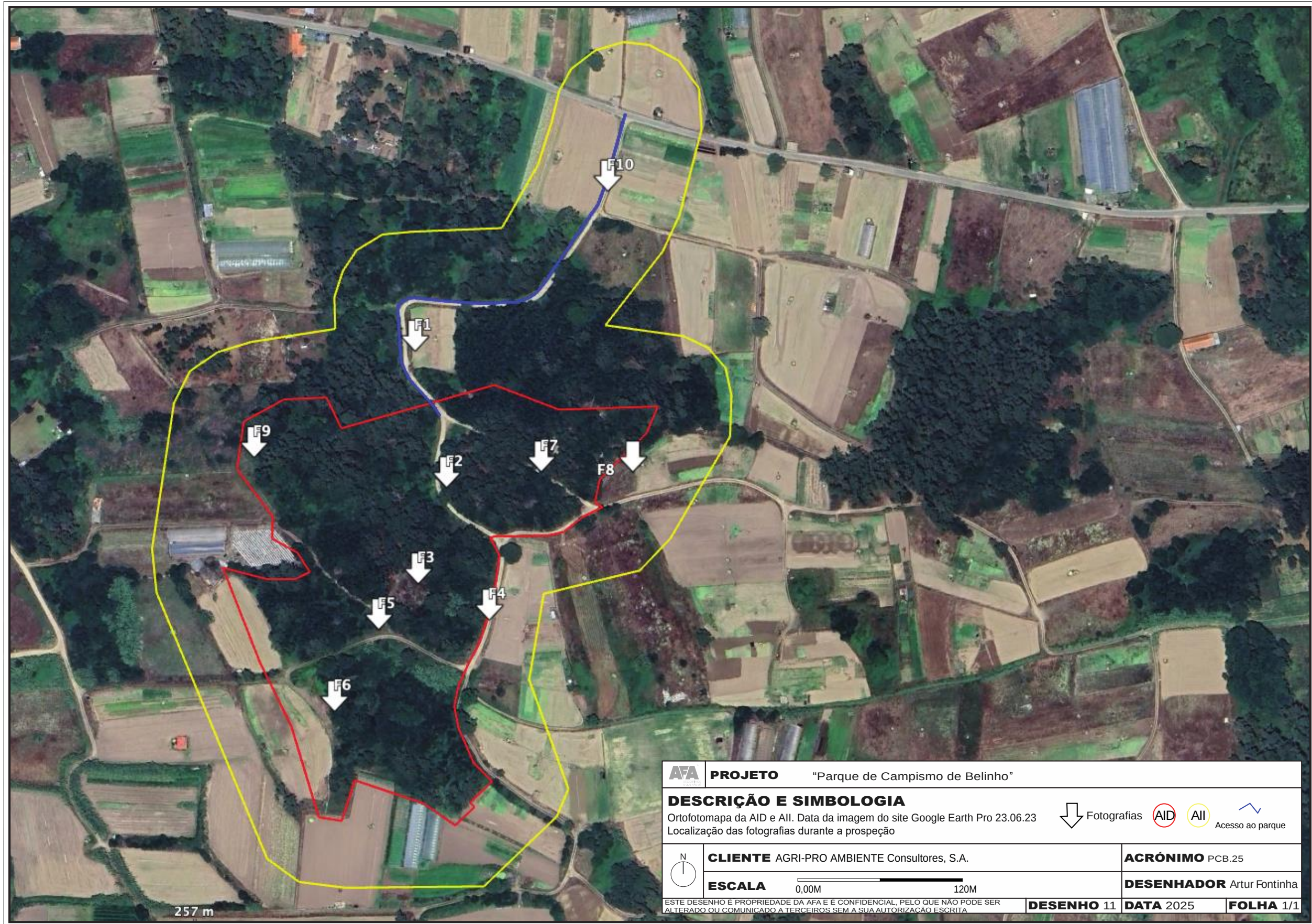


AFA	PROJETO “Parque de Campismo de Belinho”		
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Sítios arqueológicos no Endovelino. Imagem do site http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios , com data de 23.06.23			   Acesso ao parque
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO PCB.25
	ESCALA 0,00M  800M		DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA		DESENHO 07	DATA 2025 FOLHA 1/1

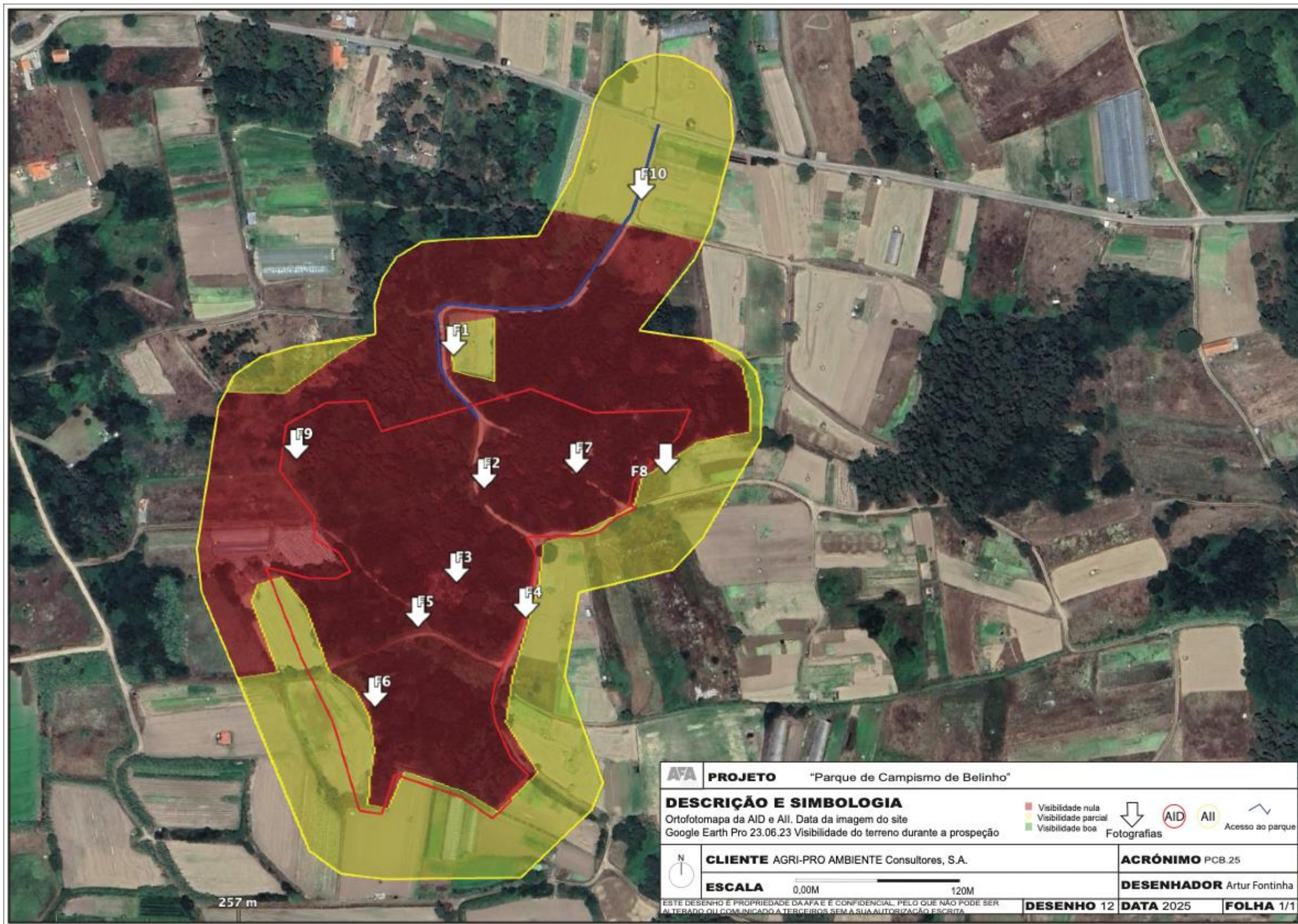








AFA	PROJETO "Parque de Campismo de Belinho"
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa da AID e AII. Data da imagem do site Google Earth Pro 23.06.23 Localização das fotografias durante a prospeção	
	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A. ESCALA 0,00M 120M
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA	ACRÓNIMO PCB.25 DESENHADOR Artur Fontinha DESENHO 11 DATA 2025 FOLHA 1/1



AFA Associação de Fotogrametria de Portugal	PROJETO"Parque de Campismo de Belinho"			
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Ortofotomapa da AID e AII. Data da imagem do site Google Earth Pro 23.06.23 Visibilidade do terreno durante a prospeção ■ Visibilidade nula ■ Visibilidade parcial ■ Visibilidade boa ↓ Fotografias AID AII ↗ Acesso ao parque				
N	CLIENTE AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.		ACRÓNIMO PCB.25	
ESCALA0,00M120M			DESENHADOR Artur Fontinha	
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL. PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.			DESENHO 12	DATA 2025
			FOLHA 1/1	

ANEXO 7

SOCIOECONOMIA (EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS)

(página intencionalmente deixada em branco)

ID	N.º do RNET / RNAL	Denominação	Data de abertura	Tipo de empreendimento	Nº de camas fixas/utentes	Classificado pelo Turismo de Portugal
1	(RNET) 32242	Casa das Dunas	13/07/2016	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
2	(RNAL) 103277	Casa do Castelo	01/08/2019	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
3	(RNAL) 136270	Pearl by Balgrid	01/12/2022	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
4	(RNAL) 147972	Casa da Lage	28/04/2023	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
5	(RNET) 3885	Quinta do Monte Verde Empreendimentos Turísticos	29/11/2012	Turismo de Habitação	20 camas	Turismo do Porto e Norte de Portugal
6	(RNAL) 106608	AL Santiago	25/11/2019	Quartos	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
7	(RNAL) 144807	Casa de Pedral	07/03/2023	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
8	(RNAL) 113576	Santiago's House	01/01/2021	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
9	(RNAL) 38923	Casa Azenha Branca	01/04/2017	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
10	(RNET) 3701	Hotel Reguenga	14/01/2010	Hotel	38 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
11	(RNAL) 32932	Casa do Afonso	26/07/2016	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
12	(RNAL) 107510	Sun House	13/01/2020	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
13	(RNAL) 131137	Casa de S. Paio	01/09/2022	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
14	(RNAL) 84106	Villa Antas	01/10/2018	Moradia	15 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
15	(RNAL) 155811	Villantas	01/07/2024	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
16	(RNAL) 55867	Casa da Jaja	04/09/2017	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
17	(RNAL) 65597	Moradia Foz do Neiva	05/05/2018	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
18	(RNAL) 53309	Casa do Ouriço	01/08/2017	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
19	(RNAL) 127253	Casa Guilheta	01/06/2022	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
20	(RNAL) 144102	Sete Azenhas	13/04/2023	Estabelecimento de Hospedagem	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
21	(RNAL) 142906	Foz do Neiva 17	15/04/2023	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
22	(RNAL) 145564	Casa Praia Foz do Neiva	02/06/2023	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
23	(RNAL) 110446	Neiva 16	01/07/2020	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
24	(RNAL) 61996	Casa da Foz do Neiva	08/01/2018	Moradia	9 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
25	(RNET) 9240	Parque de Campismo de Belinho - Associação Recreativa e Cultural "Os Belinhenses"		Parque de Campismo e Caravanismo	140 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal

ID	N.º do RNET / RNAL	Denominação	Data de abertura	Tipo de empreendimento	Nº de camas fixas/utentes	Classificado pelo Turismo de Portugal
26	(RNAL) 114755	Michel's House	25/02/2021	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
27	(RNAL) 110163	Casinha da Eira	01/07/2020	Moradia	2 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
28	(RNAL) 93183	Antas Guest House	22/02/2019	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
29	(RNAL) 121146	Paraíso	04/11/2021	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
30	(RNAL) 71177	Paradise Country House	09/05/2018	Moradia	9 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
31	(RNAL) 120128	Casa Olivia Quintino	07/09/2021	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
32	(RNAL) 121149	CASA DA GUIA	05/11/2021	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
33	(RNAL) 150321	Alojamento Praia de Belinho	20/08/2023	Moradia	9 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
34	(RNAL) 67162	Bouça da Silva Guesthouse	21/03/2018	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
35	(RNAL) 93988	Casa do Chino	22/03/2019	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
36	(RNAL) 139452	Casa S.Pedro	01/03/2023	Quartos	5 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
37	(RNAL) 159919	Casinha no Caminho	25/10/2024	Moradia	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
38	(RNAL) 157264	Casa do Passal	04/06/2024	Quartos	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
39	(RNAL) 156624	Grace House	09/05/2024	Quartos	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
40	(RNAL) 159024	Casa Maripaula	15/09/2024	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
41	(RNAL) 88415	Apartement de Village	31/10/2018	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
42	(RNAL) 159932	Casa do Pitoco	04/11/2024	Quartos	2 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
43	(RNAL) 136224	Casa do Lago	01/03/2023	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
44	(RNAL) 90016	Apartamento Ofir	01/01/2019	Apartamento	5 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
45	(RNAL) 78706	Living Ofir House	24/07/2018	Apartamento	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
46	(RNAL) 156239	Sweet Waves	01/05/2024	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
47	(RNAL) 158651	Montd'Or Mar	01/09/2024	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
48	(RNAL) 99904	MAR	08/07/2019	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
49	(RNAL) 120735	Casa do Mar	01/11/2021	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
50	(RNAL) 18433	Edifício Laura do Paço	31/07/2015	Apartamento	4 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
51	(RNAL) 99527	Casa Vista Mar	21/06/2019	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
52	(RNAL) 128498	Casa Abreu	01/06/2022	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
53	(RNAL) 113502	Bougainvillea	11/11/2020	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
54	(RNAL) 28577	Casa do Avô Grande	15/06/2016	Moradia	12 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal

ID	N.º do RNET / RNAL	Denominação	Data de abertura	Tipo de empreendimento	Nº de camas fixas/utentes	Classificado pelo Turismo de Portugal
55	(RNAL) 136279	Casa do Mar	18/01/2023	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
56	(RNAL) 117202	Casa da Vó Reia	31/05/2021	Moradia	10 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
57	(RNAL) 5570	Casa do Adao	28/01/2015	Moradia	7 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
58	(RNAL) 137347	Casa da Maria	01/05/2023	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
59	(RNAL) 125812	Casa Milia	04/04/2022	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
60	(RNAL) 128259	Casa By Anita Guest House	01/06/2022	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
61	(RNAL) 122828	Vivenda Ferreira	20/01/2022	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
62	(RNAL) 76961	The Mill	01/08/2018	Moradia	2 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
63	(RNAL) 69841	Granite House	24/04/2018	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
64	(RNAL) 34809	Azenha da Moura	24/11/2014	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
65	(RNAL) 15829	Casa do Carqueijo	17/06/2015	Moradia	6 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal
66	(RNAL) 10228	Casa Patrao	26/03/2015	Moradia	8 utentes	Turismo do Porto e Norte de Portugal